

**Os Recursos do Fundo Setorial do Agronegócio no CNPq: uma breve análise a partir dos Editais Temáticos executados pela Agência**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado como parte dos requisitos para  
obtenção do grau de Especialista em Gestão de  
Políticas Agropecuárias

Aluno: Leila de Souza Lynch

Orientador(a): Prof. Doutor Antônio Marcio  
Buainain

Brasília – DF

dez/2020

## **Os Recursos do Fundo Setorial do Agronegócio no CNPq: uma breve análise a partir dos Editais Temáticos executados pela Agência**

Leila de Souza Lynch  
Conselho Nacional de  
Desenvolvimento Científico e  
Tecnológico - CNPq

Fundo Setorial do Agronegócio; fomento; editais.

### **Resumo**

O trabalho analisou as características dos editais temáticos executados pelo CNPq com recursos do Fundo Setorial do Agronegócio buscando avaliar as limitações e potencialidades deste instrumento, amplamente utilizado pela Agência, bem como sua atuação na condução destas chamadas públicas. Relacionou algumas destas características às dinâmicas que se estabeleceram ao longo dos anos no âmbito do Comitê Gestor daquele Fundo, observando a participação da representação do CNPq nesse espaço e seu posicionamento diante da nova política. Para tal, utilizou metodologia descritiva baseada no levantamento e sistematização das características de todas as chamadas temáticas realizadas com recursos do Fundo Setorial do Agronegócio, e pesquisa documental, com apoio em revisão bibliográfica sobre o assunto. Os dados e informações levantados mostram que as chamadas apresentam uma grande variação ao longo dos anos em termos de orientação, temas e dispositivos específicos e que de modo geral foram executadas com base no modelo do fomento acadêmico-científico; o fomento, bem como a própria atuação no CNPq no SNCTI, podem ser aprimorados pela incorporação da prática de acompanhamento e avaliação do conjunto de projetos apoiados pelas chamadas realizadas que, todavia, não é adotado como prática de rotina pela Agência. Ao final, a constatação mais importante parece ser a ausência de estratégia do CNPq em sua atuação dentro do SNCTI no sentido de se alinhar às novas diretrizes que vêm sendo introduzidas na política de CT&I desde o final da década de 1990.

## Introdução

Ao final dos anos de 1990 a política de C&T passou por uma redefinição, passando a dar ênfase ao tema da inovação, e ocorreram modificações institucionais no sentido de reorganizar o Sistema de C&T nacional segundo a visão de um Sistema Nacional de Inovação (SNI), conforme já adotado pelos países-membros da OCDE. Sob a concepção de um SNI espera-se que haja interações sinérgicas entre os diferentes atores que nele atuam, para produzir um fluxo multidirecional de informações e aprendizado interativo, que são insumos para a inovação, seja em produtos, processos ou organizacionais.

Desse modo, para que se constitua um ambiente favorável à inovação - um dos principais objetivos da nova concepção de política - não bastam o rearranjo formal de instituições e organizações, e a introdução de novos instrumentos. Em uma sociedade do conhecimento cuja transformação é constante e cada vez mais acelerada, tem-se claro que é necessário um esforço das organizações - especialmente as do Estado - para que se tornem cada vez mais flexíveis e responsivas de modo a atuarem de forma mais ágil e eficaz, conforme se configuram as oportunidades. Assim, em resposta às novas orientações trazidas pela Política de CT&I (PCTI) reformulada, deveriam ocorrer modificações organizacionais internas e ser adotada uma nova postura por parte dos atores envolvidos, mais voltada à interação e cooperação.

Em relação ao novo arcabouço jurídico e institucional que vem sendo construído desde o final da década de 1990, Pacheco (2018 apud GIMENEZ; BONACELLI; BAMBINI, 2018), afirma que seu uso e implementação *“dependem fortemente das Fundações de Apoio à C&T e das agências de fomento, que podem internalizar em seus programas, projetos e editais as novas normas, disseminando assim as novas diretrizes embutidas no quadro legal da CT&I.”*

O CNPq é um componente do SNI e, enquanto agência de fomento federal, desempenha um papel relevante na implementação da PCTI. É a agência que tradicionalmente sempre promoveu o fomento acadêmico-científico no Brasil, estando fortemente ligada a este meio. A partir da criação dos Fundos Setoriais - importante instrumento de financiamento à CT&I criado no âmbito da nova política - recebeu, juntamente com a Finep, a atribuição de operacionalizar a execução de seus recursos.

Um dos Fundos Setoriais criados foi o Fundo Setorial do Agronegócio. O principal objetivo deste Fundo Setorial seria o de promover o desenvolvimento de PD&I em áreas e temas estratégicos para o setor, sob a nova visão sistêmica da PCTI. A agropecuária é um dos setores econômicos mais dinâmicos do Brasil e também é uma das áreas em que a pesquisa nacional é

mais desenvolvida. Uma característica importante deste setor produtivo é sua alta dependência de inovações para se manter sustentável, tornando a PD&I agropecuária essencial para responder aos múltiplos desafios colocados ao setor.

O presente estudo buscou analisar como se deu a atuação do CNPq no fomento à PD&I agropecuária, com recorte para as chamadas temáticas realizadas pela agência com recursos do Fundo Setorial do Agronegócio (CT-Agro). Além de fazer um balanço e registro de sua atuação, o objetivo também foi promover uma reflexão sobre o instrumento mais amplamente utilizado (editais) e do próprio posicionamento adotado pela Agência frente à nova orientação de política.

Para tal, foi feito um levantamento de todos os editais temáticos lançados pela agência com recursos do CT-Agro desde o início de seu funcionamento, e identificadas suas características em termos de montante, destinação (temas e instituições beneficiárias), desenho da ação, natureza dos projetos requeridos, e resultados avaliados, de modo a construir um panorama desta ações. Ainda, buscou-se analisar a própria atuação do Comitê Gestor em relação às suas dinâmicas de interação, definição de prioridades e deliberação, a partir das atas de reunião deste Comitê, incluindo a observação sobre a participação da representação do CNPq. Os relatórios de gestão e outros documentos internos do CNPq também foram utilizados para o levantamento de informações.

Ao final, o panorama obtido mostra que as chamadas apresentam uma considerável variação ao longo dos anos em termos de orientação e temas, bem como de coerência e consistência interna dos instrumentos em relação aos seus dispositivos específicos. Algumas características são comuns e refletem o modelo do fomento acadêmico-científico, que é o modelo que parece continuar servindo de base para a atuação do CNPq. A orientação das ações esteve sempre alinhada às definições do Comitê Gestor, cuja dinâmica e prioridades variaram ao longo do período em que esteve em atividade. A atuação do CNPq no âmbito do Comitê Gestor também variou, de estritamente executor a uma postura mais propositiva, o que parece mais relacionado às posturas individuais dos gestores internos, em cada fase, frente à uma aparente ausência de estratégia da Agência dando consistência à sua atuação mais geral.

Ainda, foi feita uma reflexão e algumas considerações a respeito da avaliação dos resultados destas chamadas e do potencial da prática de acompanhamento e avaliação dos conjuntos de projetos apoiados por elas para aprimorar os editais e, também, a capacidade da Agência de cumprir seu papel no SNCTI.

## **Contextualização**

### *Os Fundos Setoriais*

As reformas de Estado levadas a cabo no final da década de 1990, embora no geral orientadas segundo a visão neoliberal que vigorou neste momento - marcado por privatizações, ajuste fiscal e restrições de orçamento público -, contribuíram para a configuração de todo um contexto específico que abriu a oportunidade de retomada do debate sobre a política de C&T nacional (PACHECO, 2007; PEREIRA, 2005, 2007; BUAINAIN; CORDER; PACHECO, 2014).

Esse debate se refletiu na realização da 2<sup>a</sup>, 3<sup>a</sup> e 4<sup>a</sup> Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (CNCTI) com seus respectivos eventos regionais preparatórios (RIBEIRO, 2016), de onde resultam os documentos de referência: Livro Verde da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCT; ABC; 2001), Livro Branco de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCT/CGEE, 2002), e o Livro Azul (MCT; CGEE; 2010), respectivamente. É nesse momento que a dimensão da Inovação é incorporada, por meio do conceito de Sistema Nacional de Inovação, visão já adotada nos países membros da OCDE, pela qual vinha sendo difundida como orientação de política. Esse entendimento, que coloca a inovação no centro dos esforços de desenvolvimento dos países, se consolida frente ao aprofundamento do processo de globalização e à nova dinâmica econômica estabelecida (SALLES-FILHO; CORDER, 2003; CASSIOLATO; LASTRES, 2005; PEREIRA, 2005, 2007).

Em adição ao contexto externo, os indicadores internos também importaram no debate. Conforme analisa Pacheco (2007), no final dos anos 1990 a pós-graduação nacional havia sido consolidada em decorrência de um considerável esforço de qualificação de pessoal e fortalecimento da pesquisa acadêmica, o qual deveria ter sido acompanhado pelo fortalecimento tecnológico das empresas. O desempenho do setor privado, contudo, havia piorado. Este contraste, segundo o autor, serviu para demonstrar a dimensão “ofertista” da política e a assimetria do sistema de C&T devido ao confronto entre indicadores acadêmicos melhorados e números piores quanto às atividades de C&T do setor privado.

Estavam assim realçadas as fragilidades da política de C&T brasileira voltada à competitividade empresarial, o que também contribuiu para incentivar a ênfase que passou a ser dada às políticas de incentivo à inovação, culminando na reforma da política nacional de C&T. A reforma teve como foco a articulação com a política industrial e a superação da instabilidade de

recursos para o investimento em C&T (PACHECO, 2007). A política que surge a partir daí traz nova orientação em relação ao papel da produção do conhecimento científico e tecnológico e à importância da interação entre os diversos atores que compõem o Sistema Nacional de Inovação brasileiro (ou, o SNCTI), realçando a necessidade de integração com o setor produtivo, e passa a ser denominada de Política de Ciência, Tecnologia e Inovação (PCTI).

Esta reforma criou novos arranjos institucionais e instrumentos legais para fomentar a Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) e incentivar o investimento privado em PD&I, conforme descrito e analisado em maior detalhe por Buainain, Lima Junior e Corder (2017). Os Fundos Setoriais representam o principal instrumento de financiamento criado e são considerados uma inovação institucional<sup>1</sup> que marcou as reformas do sistema de C&T nacional (PACHECO, 2007; PEREIRA, 2007; LEMOS; CARIO, 2013; BUAINAIN; CORDER; PACHECO, 2014). Um dos principais objetivos destes Fundos era sanar a instabilidade de orçamento destinado à C&T (ARAÚJO et al., 2012; PEREIRA, 2005, 2007; SILVA; FURTADO, 2017).

Além disso, foi concebido um modelo de gestão compartilhada com um comitê gestor para cada Fundo, constituído por representações de ministérios setoriais, agências reguladoras, comunidade científica e do setor produtivo, e presidido por representante do MCTI. A estes comitês gestores coube a competência de definição das diretrizes e prioridades na alocação de recursos dos respectivos Fundos Setoriais e havia a expectativa de que funcionassem como lócus de interação e articulação entre os atores do setor relacionado.

De acordo com Pacheco (2007, p. 14) os fundos setoriais foram elaborados no intuito de “*alterar de forma radical o panorama de financiamento do setor de C&T no Brasil, e de modificar o relacionamento do MCT e de suas Agências de Fomento (CNPq e FINEP) com os demais órgãos setoriais do Governo Federal*”. Ou seja, havia clara intenção de promover a interação da PCTI com as demais políticas setoriais, colocando a primeira em sua devida posição de “política-meio” para o desenvolvimento.

Dentro da perspectiva sistêmica que orientou esta reforma, a setorialidade importava pois, conforme coloca Malerba (2002 apud PEREIRA, 2007, p. 38):

[...] as vantagens de uma visão sistêmica setorial residem na possibilidade de maior conhecimento da estrutura e das fronteiras de cada qual, de seus agentes e interações, de seus processos de aprendizado de inovação e de produção, de sua dinâmica de transformação, e dos fatores que determinam as performances das firmas e dos países em

---

<sup>1</sup> Os trabalhos de Pacheco (2007) e Buainain, Corder e Pacheco (2014) analisam o contexto interno e externo que geram as oportunidades de criação destes Fundos.

que se localizam. Em outras palavras, a atuação setorial permite otimizar o investimento em CT&I.

O primeiro Fundo Setorial a ser criado foi o Fundo Setorial de Petróleo e Gás Natural (CT-Petro), em 1998, cuja concepção serviu de modelo para os demais Fundos criados nos anos seguintes. Inicialmente foram criados 11 fundos e posteriormente este número se elevou para 17. Embora a maior parte dos fundos seja setorial, também foram criados fundos horizontais, como o de Infraestrutura (CT-Infra), voltado à infraestrutura de C&T, e o Fundo Verde-Amarelo (FVA), voltado à interação universidade-empresa, além de um fundo regional para a Amazônia (CT-Amazônia) (PACHECO, 2007; PEREIRA, 2007).

Ao todo foram criados 14 fundos setoriais e três horizontais (ou transversais), sendo os recursos alocados sob o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), segundo programações específicas, e gerenciados pela Finep (CORDER; BUAINAIN, 2013). A quantidade de fundos criados, visava dar conta de múltiplos objetivos, conforme colocam Buainain e Corder (2012, p.27 apud BUAINAIN; LIMA JUNIOR; CORDER, 2017):

A criação dos fundos setoriais encontrava justificativa na necessidade de aportar recursos novos e sustentáveis para equacionar os principais gargalos do SNI: crescente escassez e instabilidade da oferta de recursos públicos; assimetrias estruturais profundas no tocante à capacitação dos atores chave do sistema; baixo esforço privado de P&D; sistema de C&T majoritariamente público; poucos projetos de pesquisa científica realizados em parceria com empresas.

A legislação dos Fundos Setoriais prevê o destino de 30% dos recursos do CT-Agronegócio para o financiamento de projetos em instituições sediadas nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, buscando endereçar as desigualdades regionais no tocante às capacidades de C&T (BRASIL, 2001).

Porém, já em 2004, o modelo de gestão e modo de operação dos fundos começou a sofrer modificações, como a criação das ações transversais, para as quais eram canalizados 50% dos recursos captados por cada fundo, além de alterações na estrutura de gestão do FNDCT, que se tornou mais hierarquizada e complexa, e esvaziou os comitês gestores de suas competências e capacidade decisória sobre os recursos dos fundos setoriais (CORDER; BUAINAIN, 2013; MELO, 2009; PEREIRA, 2005). Essas transformações foram implementadas entre 2004 e 2007 e, na prática, transformaram a gestão compartilhada em uma gestão centralizada pelo MCTI, descaracterizando a proposta original destes fundos, além de aumentarem a dispersão na aplicação dos recursos e tornar as operações menos transparentes (BUAINAIN; LIMA JUNIOR; CORDER, 2017; LEAL, 2019; MOURA, 2017; PEREIRA, 2005).

Buainain, Lima Junior e Corder (2017, p. 106) ponderam ainda que:

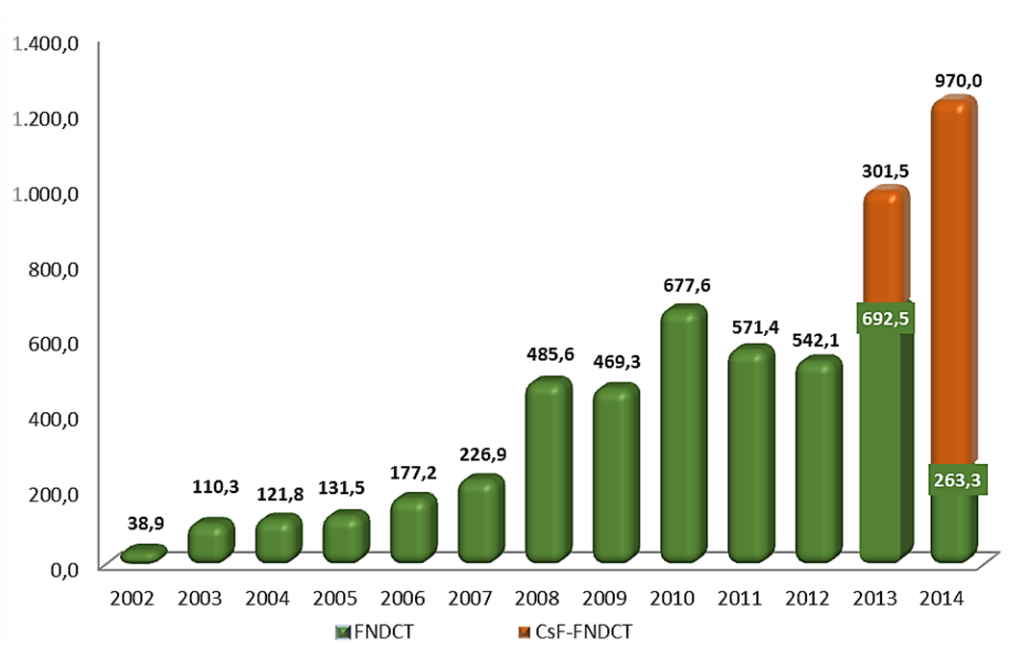
Um aspecto positivo a ser considerado é que o expediente das ações transversais parecia representar uma alternativa interessante para reforçar a capacidade de planejamento e de intervenção estratégica do MCTI no sistema nacional de ciência, tecnologia e inovação ao permitir superar a baixa capacidade de investimento de vários fundos e a dificuldade de articular, alinhar e coordenar decisões de vários comitês gestores para viabilizar iniciativas efetivamente transversais e de elevado valor unitário. Mas não há evidências que permitam afirmar que estes objetivos foram ou estão de fato sendo alcançados.

Com as modificações introduzidas a partir de 2004 as prioridades na aplicação de seus recursos passam a girar em torno das políticas de governo para a área de C&T e da política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE). Uma leitura que é feita a respeito da nova orientação dada à gestão do FNDCT é a de que ela favoreceu a incorporação de seus recursos ao orçamento global da área de CT&I, com diminuição proporcional dos valores repassados pelo Tesouro Nacional. Assim, além do contingenciamento sistemático imposto aos recursos arrecadados - o que não deveria ocorrer - houve também a substituição gradual de recursos ordinários do orçamento da União destinados ao MCTI pelos recursos arrecadados pelo FNDCT, de modo que este não funcionou como o instrumento que deveria complementar e agregar recursos ao SNCTI (Ribeiro, 2016).

Pereira (2005), avalia ainda que, mesmo anteriormente a 2004, a gestão compartilhada não se efetivou, por uma série de assimetrias que identifica no sistema como, por exemplo, entre as agências de fomento: a princípio a Finep se sobressaiu não apenas como executora, mas também por sua atuação proativa como planejadora e formuladora das ações dos Fundos, dadas suas vantagens enquanto administradora do FNDCT e de já possuir estrutura e *know how* para atuar segundo a nova orientação de política (interação com empresas e inovação); o CNPq, de longa tradição no fomento acadêmico, ficou inicialmente a cargo da implementação de bolsas e não percebeu incentivos para se reposicionar no novo contexto, dada a ausência de impacto sensível em seu orçamento. Essa assimetria, contudo, parece ter diminuído gradualmente a partir de 2003, com o CNPq se tornando cada vez mais atuante em relação aos Fundos Setoriais, segundo esta mesma análise.

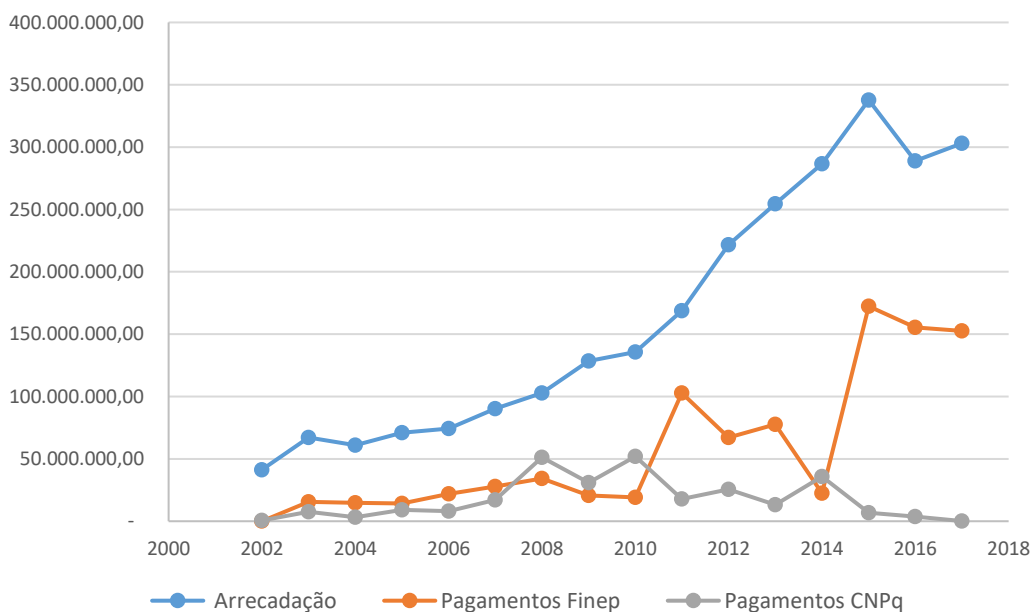
Esta inversão pode ser visualizada na Figura 1, que mostra os repasses crescentes do FNDCT ao CNPq desde 2002, e verificada também para o CT-Agro até o ano de 2010, quando a tendência é invertida, conforme mostra a Figura 2.





**Figura 1:** Evolução dos valores dos Fundos Setoriais executados pelo CNPq. Em R\$ Milhões (valores correntes). Fonte: Extraído do Relatório de Resultados do FNDCT 2014, disponível em: <http://www.finep.gov.br/a-finep-externo/fndct/relatorios>. Consulta em 17/12/2020.

Outra assimetria relevante identificada por aquele autor diz respeito a um desequilíbrio na representação do setor privado, que era minoritária - algo a se notar, tendo em vista as diretrizes de integração das demandas de P&D do setor produtivo, bem como o fato dos recursos dos Fundos Setoriais serem oriundos deste setor.



**Figura 2:** Evolução da arrecadação do CT-Agro e dos pagamentos realizados pelo CNPq e pela Finep, de 2002 a 2020, em R\$ 1,00 (valores correntes). Elaboração da autora a partir de dados fornecidos pela Área da Secretaria Executiva do FNDCT - ASEF da Finep.

### *O CT-Agro e a execução de seus recursos pelo CNPq*

O Fundo Setorial do Agronegócio (CT-Agro) - criado pela Lei nº 10.332 de 19/12/2001 e regulamentado pelo Decreto n. 4.157 de 12/03/2002 - tem sua captação de recursos a partir de parcela de 17,5% da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), arrecadada pela cobrança de alíquota de 10% sobre a remessa de recursos ao exterior para pagamento de assistência técnica, royalties e serviços técnicos. Este tributo foi concebido pela Lei nº 10.168, de 29/12/2000, que criou o Programa de Estímulo à Interação Universidade–Empresa para o Apoio à Inovação, que se tornou o Fundo Verde-Amarelo (FVA). Posteriormente, a Lei nº 10.332 de 19/12/2001 alterou o artigo VI da Lei nº 10.168, de modo a garantir que 50% dos recursos fossem destinados aos fundos de Biotecnologia, Agronegócios, Aeronáutica e Saúde (PACHECO, 2007; VIEIRA-FILHO, 2014).

Os recursos captados para o CT-Agro têm sua aplicação vinculada ao setor (PEREIRA 2005; PACHECO, 2007). Seu Comitê Gestor é composto por um representante do MCTI (que o preside), um representante do MAPA, um representante do MDIC, um representante do CNPq, um da Finep, dois da comunidade científica e dois do setor produtivo, em um total de nove membros de acordo com o respectivo regimento interno (MCTI, 2012).

Estudo de Vieira Filho (2014) aponta que, entre 2002 e 2008, o valor arrecadado pelo CT-Agronegócio não ultrapassou 1% do gasto com o setor agropecuário; já em relação à receita operacional líquida da Embrapa - considerando seu papel fundamental no desenvolvimento de tecnologias para a agricultura e agronegócio - este valor representa algo em torno de 6% a 8,5%, algo mais significativo. Embora isoladamente estes recursos sejam pouco expressivos, o autor entende que o Fundo serviria como uma sinalização do governo para a P&D orientada à inovação no agronegócio. Além disso vale notar que era esperado um crescimento contínuo dos investimentos, pelo crescimento da arrecadação. O crescimento da arrecadação de fato se verificou, conforme mostra a Tabela 1, embora a proposta de aumento de seus investimentos não tenha se concretizado devido ao contínuo contingenciamento aplicado aos recursos do FNDCT – o que não deveria ocorrer.

**Tabela 1** - Arrecadação do CT-Agro de 2002 a 2020, em valores correntes:

Ano	Arrecadação (R\$ 1,00)
1999	-
2000	-
2001	-
2002	41.334.766,40
2003	67.060.420,80
2004	61.030.204,00
2005	70.917.517,60
2006	74.223.076,80
2007	90.144.755,20
2008	102.776.614,86
2009	128.517.323,55
2010	135.705.626,99
2011	168.828.099,91
2012	221.654.550,11
2013	254.535.924,38
2014	286.609.620,75
2015	337.752.543,55
2016	288.824.157,00
2017	303.036.701,34
2018	403.847.679,82
2019	503.541.617,63
2020*	414.087.401,48

\* Até setembro. Dados fornecidos pela ASEF/Finep.

O CT-Agro iniciou seu funcionamento no mesmo ano de sua regulamentação, em 2002, destinando recursos a projetos de C&T já na primeira reunião de seu comitê gestor, ainda que a título de um “*marco de funcionamento*”.

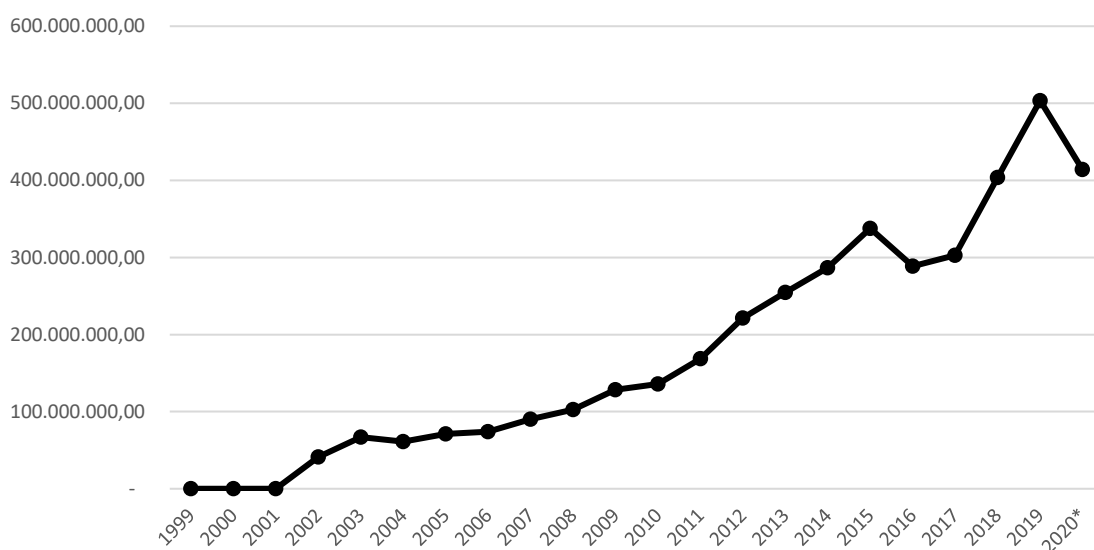
As duas agências federais – CNPq e Finep, são as principais responsáveis pela execução dos recursos arrecadados pelos Fundos Setoriais e possuem assento em todas as instâncias de gestão destes Fundos, desde sua criação – o que lhes conferiu, além da competência de operacionalizar os recursos dos Fundos, oportunidade de participação no processo decisório sobre o planejamento de sua alocação (PEREIRA, 2005).

No documento que define a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (BRASIL, 2016), para o período 2016-2022, dentre os principais atores integrantes do sistema de CT&I ali elencados, constam as agências de fomento, sendo destacadas a Finep e o CNPq como as duas principais agências federais. À estas se atribuem o domínio dos instrumentos que viabilizarão as decisões tomadas pelos atores políticos e a concretização das “*diretrizes acordadas no nível político, a partir da execução de programas e projetos que serão implementados pelos Operadores de CT&F*”. Ainda, ao diferenciar as quatro principais agências de fomento existentes no âmbito do Governo Federal (CNPq, Capes, Finep e BNDES), o CNPq é descrito como tendo por atribuições: “*fomentar a pesquisa científica e tecnológica; incentivar a formação de*

*pesquisadores brasileiros; fomentar o desenvolvimento tecnológico e a inovação por meio de parcerias com órgãos de governo e do setor produtivo” (BRASIL, 2016).*

O CNPq é uma fundação pública federal e executa recursos do CT-Agro (e dos demais Fundos Setoriais) apenas por instrumentos não-reembolsáveis, no formato de Editais e Encomendas, em sua ampla maioria destinados às Instituições de Ensino Superior (IES) e todas as demais que podem ser definidas como Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação (ICT). Apesar de ter executado um grande número de ações temáticas com recursos dos Fundos Setoriais incluindo o CT-Agro – foco deste trabalho - isso não significa que os recursos não tenham sido aplicados em ações de demanda espontânea. Ao contrário, os relatórios de gestão do CNPq e as atas do Comitê Gestor do CT-Agro demonstram que desde o início dos repasses dos Fundos Setoriais houve direcionamento quase que sistemático de parcela destes recursos aos Editais Universais, auxílios para realização de eventos científicos e editoração, e outros programas pré-existentes do CNPq ou MCTI.

O percentual direcionado a ações não relacionadas às diretrizes dos Fundos cresceu ao longo dos anos – a Figura 1 já mostra que ao final da série, a partir de 2013, parcela considerável dos recursos repassados pelo FNDCT passou a ser direcionada para o Programa Ciência sem Fronteiras. Esta tendência crescente na alteração do objetivo dos Fundos Setoriais é atribuída à modificação de sua governança a partir de 2004, com a centralização do poder decisório no MCTI, como anteriormente apontado. Atualmente a proposta original destes fundos parece abandonada sendo que, pelo menos para o Fundo Setorial do Agronegócio, não há mais ações lançadas desde 2013 – embora sua arrecadação tenha sido crescente ao longo dos anos (Figura 3).



**Figura 3:** Arrecadação do CT-Agro até setembro de 2020, em R\$ (valores correntes). Elaboração da autora a partir de dados fornecidos pela ASEF/Finep.

Este trabalho procurou desenvolver uma breve análise da atuação do CNPq nesse contexto, a partir do recorte da execução dos Editais Temáticos financiados com recursos do CT-Agro. O recorte para o Fundo Setorial do Agronegócio é relevante tendo em vista que este é um setor gerador de divisas e de considerável contribuição ao PIB nacional e, ainda, porque apesar de ser reconhecidamente um setor dinâmico e competitivo, é altamente dependente de inovações para sua sustentabilidade.

O intuito é contribuir para evidenciar as limitações e potencialidades da agência em relação ao papel que lhe foi dado na nova política de CT&I que surgiu no final da década de 1990 e, não menos importante, deixar um registro de sua atuação e interação com o subsistema de inovação agrícola nacional.

## Metodologia

Para este estudo foi adotada metodologia descritiva. Foi realizado o levantamento de todos os Editais Temáticos lançados pelo CNPq que receberam recursos do Fundo Setorial do Agronegócio, verticais e transversais. Para cada edital foi levantado o montante disponibilizado originalmente por este Fundo (definido no Termo de Referência da ação e informado no respectivo edital), que foi utilizado como um *proxy* do valor efetivamente executado por estas ações. Esta escolha se deu por limitações de acesso aos dados dos valores exatos aprovados e pagos a todos os Editais, pela complexidade que envolve identificar os valores precisos provenientes do CT-Agro para cada ação individual, devido a peculiaridades do SIAFI e do sistema de gestão financeira

do CNPq. O controle dos valores pagos em cada ação costuma ser feito em cada Coordenação Técnica responsável, em interação com o setor financeiro, e o esforço de levantamento de dados neste nível demandaria uma mobilização e período de tempo não disponível para a execução deste trabalho. Considera-se, contudo, que os valores originalmente disponibilizados pelo CT-Agro permitem uma boa aproximação, já que os valores efetivamente pagos costumam apresentar pequena diferença. Ainda, os valores originalmente disponibilizados podem refletir a prioridade dada a cada ação e/ou tema.

Foram também levantados o número de projetos aprovados em cada edital e características do desenho e regulamento destas ações (dispositivos específicos), como: limites de financiamento por projeto, tipos de rubricas disponibilizadas (custeio, capital, bolsas), critérios de priorização de distribuição regional de recursos, priorização de parcerias, requerimento de entrega de produtos específicos, critérios de elegibilidade quanto ao perfil do beneficiário e da Instituição Executora, área/tema e objeto da ação. Além destas características, buscou-se levantar informação sobre o acompanhamento e avaliação destas ações.

As fontes destas informações são os próprios Editais levantados, Relatórios de Gestão do CNPq (2001 a 2014), documentos internos como os relatórios de atividades da COAGR, relatório interno sobre o projeto piloto de Avaliação, Acompanhamento e Assessoramento (AAA) desenvolvido pela assessoria da Diretoria de Programas Temáticos e Setoriais - DPT (posteriormente Diretoria de Ciências Agrárias, Biológicas e da Saúde – DABS) e documentos de prestação de contas ao Fundo Setorial do Agronegócio, além das atas das reuniões do Comitê Gestor do Fundo, disponibilizadas no sítio eletrônico do MCTI ([http://antigo.mctic.gov.br/mctic/opencms/fundos/fndct/fundos\\_CeT/ct\\_agronegocio/ct\\_agronegocio.html](http://antigo.mctic.gov.br/mctic/opencms/fundos/fndct/fundos_CeT/ct_agronegocio/ct_agronegocio.html)).

Ainda, foram realizadas entrevistas para colher as percepções de quatro atores que participaram diretamente da implementação e/ou execução desta política em diferentes posições, e que são assim identificados:

Entrevistado 1: Ex-Secretário Técnico do CT-Agro, com sua visão sobre a concepção original e implementação da política;

Entrevistado 2: Ex-representante da comunidade científica no Comitê Gestor do CT-Agro, também possui experiência na área de gestão em CT&I, com sua visão sobre o papel e a dinâmica de interação e definição de prioridades do Comitê Gestor, condução e resultados da política;

Entrevistado 3: Analista da COAGR/CNPq que esteve em posição de gestão na maior parte do período analisado, participou de reuniões do CT-Agro como técnico e posteriormente como representante do CNPq. Traz a visão da Agência e da operacionalização da política;

Entrevistado 4: Analista do CNPq, ex-assessor da Diretoria de Programas Temáticos e Setoriais, participou de reuniões do CT-Agro como técnico do CNPq; liderou iniciativa de elaboração e implementação do projeto piloto de Avaliação e Acompanhamento para as ações dos Fundos Setoriais executadas pelo CNPq, contribuindo com informações sobre este projeto e suas percepções sobre a experiência.

Com base nos dados e informações levantados apresenta-se um panorama sobre o qual se discute a evolução das ações em relação às dinâmicas de funcionamento do Comitê Gestor do Fundo e às práticas da Agência. Ao final foi desenvolvida uma breve reflexão sobre a prática de acompanhamento e avaliação, aplicada apenas de forma experimental e não institucionalizada pelo CNPq. A análise das informações levantadas se apoia em estudos disponíveis na literatura sobre os Fundos Setoriais, e é eventualmente complementada pelas percepções dos quatro entrevistados.

## **Resultados e Discussão**

### *Os Editais Temáticos: um panorama de sua execução*

As demandas induzidas (Editais Temáticos e Encomendas) com recursos do CT-Agro no CNPq foram conduzidas em sua maioria no âmbito da Coordenação do Programa de Pesquisa em Agropecuária e do Agronegócio (COAGR). Alguns Editais foram executados por outras áreas técnicas do CNPq, a saber: Coordenação de Biotecnologia e Recursos Genéticos – COBRG, que conduziu seis ações, Coordenação de Gestão de Ecossistemas – COGEC, com duas ações, Coordenação do Programa de Pesquisa Oceanográfica e Impactos Ambientais (COIAM) e Coordenação do Programa de Pesquisa em Energia (COENE), que executaram, respectivamente, uma e três ações.

Ao todo foram 40 Editais Temáticos executados com recursos do CT-Agro, de caráter vertical ou transversal, executados de 2003 a 2013, cuja relação completa consta do Apêndice 1 deste trabalho. Em 2002, ano de início de funcionamento do Fundo Setorial do Agronegócio (CT-Agro), já houve um repasse inicial ao CNPq no valor de R\$ 550.000,00, a título de “*marco de funcionamento*”, conforme descrito na ata da primeira reunião de seu Comitê Gestor. Não havendo tempo hábil para a articulação, planejamento e lançamento de ações, tendo em vista que esta primeira reunião já acontece no mês de dezembro, delibera-se por autorizar as agências de fomento

CNPq e Finep a “selecionar um conjunto de projetos de pesquisa a serem contratados em 2002”, como pode ser verificado na ata da primeira reunião do Comitê Gestor do CT-Agro, realizada em 04/12/2002.

Desse modo, foram selecionados e contratados pelo CNPq três projetos na modalidade Encomenda, envolvendo recursos nas rubricas de capital, custeio e bolsas no valor total de R\$ 3.693.276,12 e relacionados na Tabela 2.

**Tabela 2** - Primeiros projetos contratados com recursos do CT-Agro pelo CNPq – modalidade Encomenda:

<b>Tema</b>	<b>Título</b>	<b>Instituição</b>	<b>Valor aprovado (CT-Agro)</b>
<b>Defesa Vegetal</b>	Morte súbita dos citros: etiologia, epidemiologia e controle	Fundo de Defesa da Citricultura	R\$ 1.287.375,52
<b>APL/Cadeias Produtivas</b>	Tecnologias para a Produção Sustentável e Processamento de Frutas de Qualidade Competitiva para o Agronegócio	Embrapa Clima Temperado	R\$ 1.015.068,98
<b>APL/Cadeias Produtivas</b>	Rede de carne bovina de qualidade	Embrapa Gado de Corte	R\$ 1.370.000,00

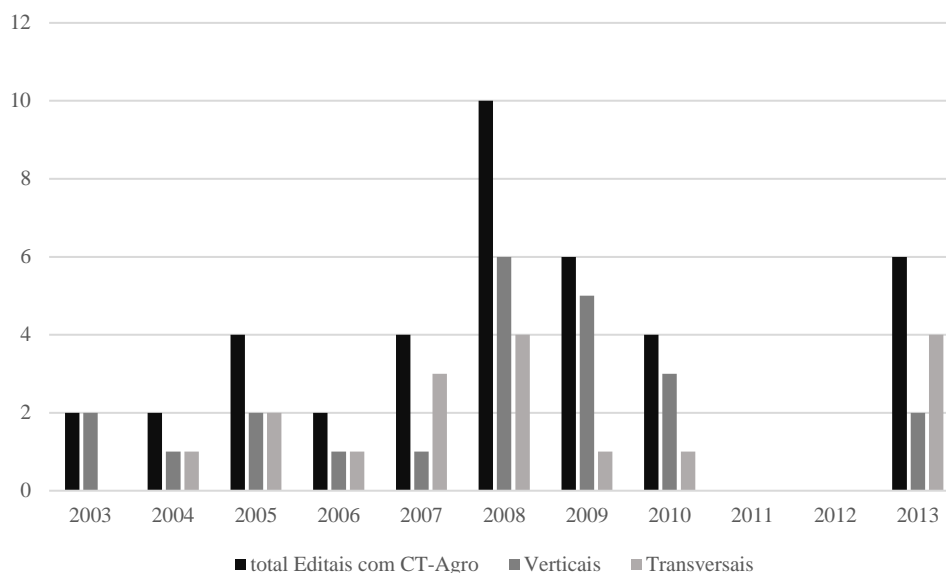
Fonte: Elaboração da autora a partir dos Relatórios de Gestão do CNPq (2002 e 2003) e Relatório de Atividades da COAGR.

Os Editais Temáticos com recursos do CT-Agro começaram a ser lançados a partir de 2003 com duas ações em parceria, respectivamente, com o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome - MESA (Edital 01/2003) e com a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca – SEAP (Edital 02/2003). A parceria com outros órgãos se verifica ao todo em 10 chamadas, sendo, além das já mencionadas, outras três com contrapartida da SEAP (duas enquanto MPA), outras três com o MDA, e duas com contrapartida do MAPA. Há ainda a Chamada 22/2010 - Programa REPENSA realizada em parceria com Embrapa, FAPs e Capes/MEC, uma ação transversal que envolveu articulação mais ampla com a proposta de instituir este programa, porém sem continuidade.

A Figura 4 mostra a evolução do número de Editais Temáticos de 2003 a 2013, o último ano em que houve lançamento de ações temáticas do CT-Agro. Nota-se que 2008 é o ano em que são lançados o maior número de Editais, seguido dos anos de 2009 e 2013, após dois anos seguidos sem o lançamento de Editais. A respeito da ausência de editais em 2011 e 2012, as atas de reunião do CT-Agro registram que estes anos tiveram o saldo disponível reduzido pelo comprometimento com empenhos já realizados em ações de anos anteriores, o que se soma ao contingenciamento do FNDCT. Desse modo, em 2011, o saldo disponível foi aplicado apenas na prorrogação e suplementação de encomendas já em execução e no adiantamento de parcelas de 2012 de projetos contratados por meio do Edital Universal.

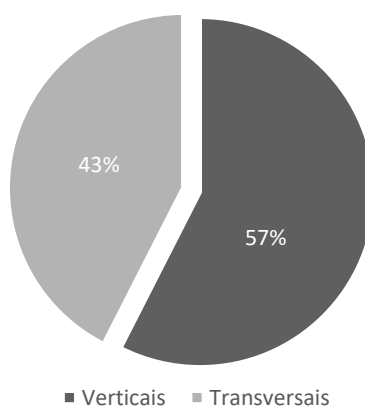


Em 2012 o orçamento disponível foi aplicado em novas encomendas (apenas uma no CNPq) e no Edital Universal 2012.



**Figura 4:** Evolução do número de Editais Temáticos lançados com recursos do CT-Agro, pelo CNPq. Elaboração da autora a partir de levantamento na página de editais e Relatórios de Gestão do CNPq, disponíveis em: <http://portal.cnpq.br/>.

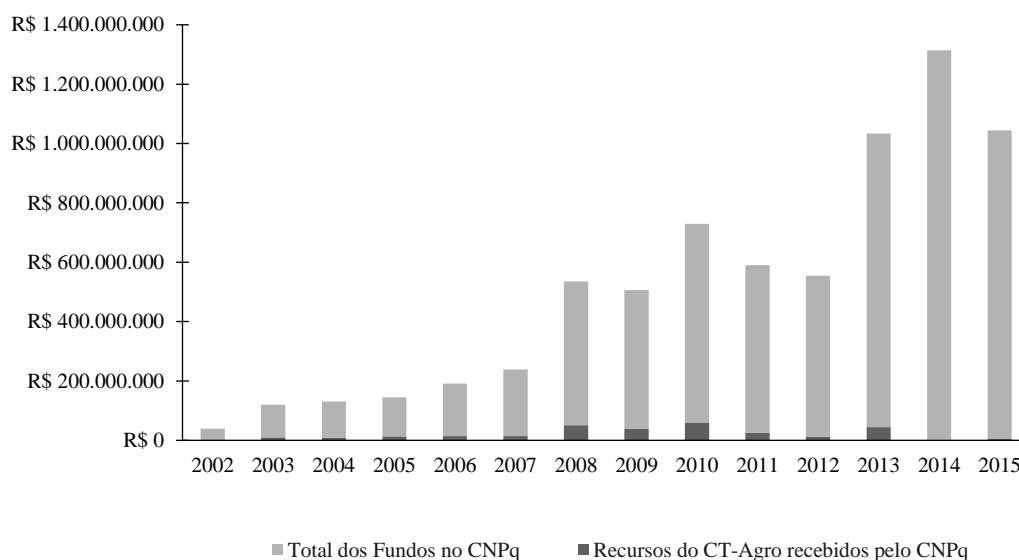
Quanto ao caráter vertical ou transversal das ações, a distribuição varia ao longo dos anos, embora apenas nos anos de 2007 e 2013 o número de ações transversais com participação do CT-Agro seja maior do que o das verticais. No conjunto analisado houve mais ações verticais do que transversais.



**Figura 5:** Proporção de editais verticais e transversais com participação do CT-Agro. Elaboração da autora a partir do levantamento na página de editais do CNPq, e Relatórios de Gestão, disponíveis em: <http://portal.cnpq.br/>.

Em relação à evolução dos valores repassados ao CNPq pelo CT-Agro (Figura 6), vale notar que os anos de 2010, 2008, 2013 e 2009 foram, em ordem decrescente, aqueles em que os repasses foram maiores (em valores correntes). Estes repasses envolvem tanto novas contratações de projetos como parcelas comprometidas com contratações de anos anteriores. É nesta segunda metade da série temporal que são lançadas a maior parte das ações temáticas do CT-Agro, apesar do hiato de dois anos: 26 ações entre 2008 e 2013, enquanto de 2003 a 2007 haviam sido lançadas 14 ações.

Em relação à proporção dos recursos do CT-Agro no montante global proveniente do FNDCT, ela é mais expressiva entre 2003 e 2010, chegando a representar mais de 10% em 2005 e 2008 (Tabela 3). Embora estes percentuais possam parecer pequenos, vale lembrar que o valor global é composto pelo repasse de diversos outros Fundos. Conforme registra o Relatório de Gestão do CNPq de 2008 (p. 134), no *ranking* dos 13 fundos setoriais e quatro Ações Transversais em execução no âmbito do CNPq, o CT-Agro passa da 7ª posição em 2007 para a 3ª posição em 2008, em contribuição no total empenhado pelos fundos. Isso indica que a contribuição do CT-Agro ao orçamento do CNPq esteve entre as mais relevantes do conjunto de fundos setoriais.



**Figura 6:** Evolução dos repasses do FNDCT ao CNPq, com destaque para os valores do CT-Agro, em valores correntes. Fonte: Elaboração da autora a partir de dados dos Relatórios de Gestão do CNPq.

A partir de 2014, contudo, estes repasses se tornam insignificantes, o que se deve à mobilização de recursos do FNDCT para dar conta de outros programas e, em especial, do programa Ciências sem Fronteiras que se inicia em 2011 e recebe prioridade do governo federal,

drenando recursos de outros programas - como já se nota da Figura 1. De fato, no Relatório de Gestão de 2014 (p.269-270), consta registrado que:

Apesar do aumento no montante orçamentário destinado ao CNPq em 2014 proveniente do FNDCT, acentuada diminuição no investimento por fundo setorial em ações verticais ou transversais fora evidenciada. A maior concentração de recursos, 80,29% destinou-se ao apoio na formação, capacitação e fixação de recursos humanos qualificados para CT&I. Em consequência apenas cinco ações foram aprovadas para execução em 2014, das quais três transversais.

Esta é uma virada abrupta, em um sentido negativo para a proposta do Fundo, haja vista que 2013 foi um ano significativo em termos de lançamento de ações e, especialmente, que o Comitê Gestor havia se rearticulado após uma renovação completa de seus membros e recém atualizado seus documentos básicos, como as diretrizes e regimento, além de redefinir sistemática de trabalho buscando melhorar a capacidade de planejamento, e definido temas prioritários para investimento, conforme se depreende das atas das reuniões do período.

Esta iniciativa de reorganização se reflete nos editais lançados em 2013, onde os temas prioritários e a orientação de financiar projetos “de maior porte” se verificam nas seis chamadas que foram lançadas pelo CNPq.

**Tabela 3** - Proporção do CT-Agro no montante total repassado pelo FNDCT ao CNPq, de 2002 a 2015:

Ano	CT-Agro/Total Fundos (%)
2002	1,41
2003	8,77
2004	7,13
2005	10,20
2006	8,06
2007	6,41
2008	10,41
2009	8,35
2010	8,64
2011	4,50
2012	2,26
2013	4,48
2014	0,19
2015	0,46

Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados levantados dos Relatórios de Gestão do CNPq.

Em termos de recursos disponibilizados e projetos apoiados, o Apêndice 2 consolida estes dados para todos os editais e mostra que, para o total das 40 ações, foram disponibilizados em torno de R\$ 343.762.000,00 sendo R\$ 198.430.000,00 provenientes do CT-Agro, para a contratação de 1.527 projetos. Os limites de financiamento variaram na faixa de R\$ 50.000,00 a R\$ 8.000.000,00 e quase todas as ações (37) envolveram o financiamento de capital, custeio e bolsas de fomento tecnológico para os projetos. Duas não financiaram capital e uma foi exclusiva para bolsas. Vale notar que o Edital 28/2007 não contratou nenhum projeto, pela ausência de demanda qualificada. Para esta Chamada haviam sido disponibilizados R\$ 6.000.000,00, sendo R\$ 1.500.000,00 do CT-Agro.

Os valores mais elevados dizem respeito a chamadas para contratação de projetos em rede na área de biotecnologia (Editais 38/2007, 42/2009 e 43/2009) ou mais orientadas a projetos em cooperação com empresas, especialmente na área de biocombustíveis, como é o caso do Edital 39/2007, sendo que a maior parte das chamadas define um limite de financiamento na faixa de 100 a 600 mil. No último ano de lançamento de chamadas (2013), houve elevação dos limites de financiamento provavelmente em função da orientação do presidente do Comitê Gestor no sentido de recuperar sua atuação estratégica e, entre outros aspectos, promover “ações de grande porte”, conforme se registra na 27ª Reunião ocorrida ao final de 2012.

O valor médio por projeto, ao se considerar o montante total disponibilizado e o número de projetos contratados, fica em torno de R\$ 225.122,46. Em relação ao montante disponibilizado exclusivamente pelo CT-Agro, este valor fica em torno de R\$ 129.947,61 por projeto.

Em relação aos temas para os quais foram direcionadas as Chamadas, apesar da natureza multidisciplinar de vários deles - o que implica em interfaces entre as áreas - foi possível identificar 12 temas diferentes com base em seu principal foco, conforme agrupamento detalhado no Apêndice 3. A Tabela 4 mostra a distribuição de recursos por tema, que também pode ser visualizada na Figura 7.

**Tabela 4** – Distribuição dos recursos disponibilizados pelo CT-Agro, por tema:

Temas	Valor disponibilizado (CT-Agro)	%
Sustentabilidade Ambiental (Uso racional e conservação de recursos naturais/Serviços Ecossistêmicos/Recuperação de Áreas Degradadas)	R\$ 43.000.000,00	20,93
Agricultura Familiar e de Base Ecológica	R\$ 32.000.000,00	15,58
Arranjos / Cadeias Produtivas	R\$ 31.000.000,00	15,09
Biocombustíveis	R\$ 22.130.000,00	10,77
Insumos Agrícolas Alternativos	R\$ 21.000.000,00	10,22
Biotecnologia	R\$ 19.500.000,00	9,49
Mudanças Climáticas	R\$ 10.000.000,00	4,87
Tecnologias Sociais	R\$ 8.000.000,00	3,89
Defesa Vegetal	R\$ 8.000.000,00	3,89
Melhoramento genético convencional	R\$ 6.000.000,00	2,92
Segurança Alimentar	R\$ 3.000.000,00	1,46
Tecnologias para uso do Bambu (Redebambu/BR)	R\$ 1.800.000,00	0,88
<b>Total</b>	<b>R\$ 205.430.000,00</b>	

Fonte: Elaboração da autora com base no levantamento a partir da página de editais do CNPq.

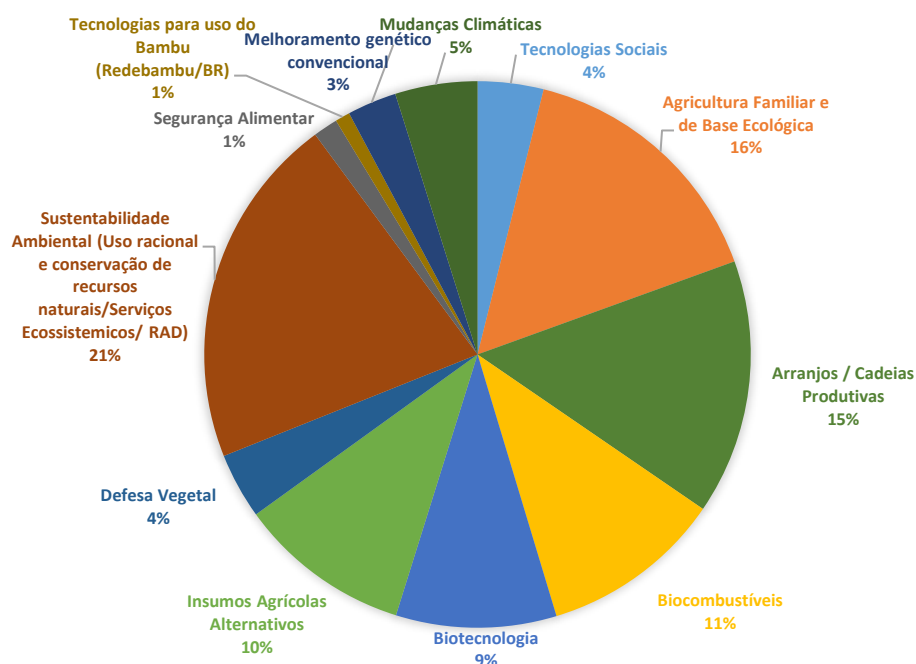
Já a Tabela 5 e Figura 8 mostram a distribuição do número de projetos contratados sob cada tema. Verifica-se que em ambas as situações o tema mais priorizado é o da Sustentabilidade Ambiental (~21% dos recursos), seguido de ações voltadas ao tema da Agricultura Familiar (~15,6%) e dos Arranjos/Cadeias Produtivas (~15,1%). Os Biocombustíveis representam o quarto tema em volume de recursos (~11%) e número de projetos (Tabelas 4 e 5).

Os subtemas relacionados à Sustentabilidade Ambiental recebem mais ênfase a partir de 2008, enquanto os da Agricultura Familiar estão mais distribuídos ao longo do tempo. Este é um tema bastante enfatizado em todo o período, quando também foram lançadas um série de outras ações temáticas em parceria com o MDA e INCRA (informações obtidas a partir da página de editais do CNPq).

O tema dos Arranjos Produtivos foi objeto de sete editais, também distribuídos ao longo do período, sendo três deles na área de Aquicultura e Pesca - outra área que foi foco de diversas ações induzidas, entre editais e encomendas, por ambas as agências - CNPq e Finep, para além destes três editais. A Secretaria Especial de Pesca e Aquicultura (SEAP), posteriormente Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), formalizou convênio com o MCTI e executou uma série de ações em parceria, com recursos do FNDCT.

As demais propostas de ações em arranjos produtivos foram trazidas pela representação do MDIC e do setor produtivo. A representação deste Ministério, a julgar pelos registros das atas do comitê gestor do CT-Agro, parece ter sido mais ativa e propositiva do que a do MAPA, o órgão setorial mais diretamente relacionado ao Agronegócio, cuja representação não é tão perceptível, a

não ser na canalização de algumas demandas específicas e pontuais para atendimento de lacunas relacionadas à sua própria atuação, como foram as demandas objeto do edital 032/2009 - Análise de Risco de Pragas, e de Encomendas que envolveram o pagamento de bolsas para os Laboratórios Nacionais Agropecuários.



**Figura 7:** Distribuição dos recursos do CT-Agro por tema da Chamada. Fonte: Elaboração da autora com base no levantamento de editais realizado.

Os Biocombustíveis foram tema de seis ações lançadas em 2004, 2007, 2008 e 2013, sendo este um tema entendido como estratégico pela representação do MCTI, agências e comunidade científica, ao longo do período. Todos os editais neste tema são ações transversais.

Os editais com foco em projetos biotecnológicos (Tema Biotecnologia) foram quatro, lançados apenas nos anos de 2007 e 2009, dois verticais e dois transversais, sendo que um destes (28/2007), voltado à formação de recursos humanos, não encontrou demanda qualificada - de modo que não contratou projetos, conforme já mencionado.

Os temas de menor expressão são aqueles que foram alvo de uma única ação (Segurança Alimentar, Tecnologias para uso do Bambu, Melhoramento Genético Convencional e Mudanças Climáticas), sendo que a chamada para o Edital nº 37/2013 – Mudanças Climáticas, foi uma ação transversal de maior valor e abrangência, em linha com as novas diretrizes e prioridades do CT-Agro, em termos de tema e porte de projetos. A área de Defesa Vegetal teve duas ações específicas, uma delas em atendimento a demanda trazida pelo MAPA (32/2009) e outra prospectada pelo

próprio CNPq a partir da comunidade científica (42/2008) - embora o Edital 43/2009, voltado à contratação de projeto para o desenvolvimento de variedades de algodão geneticamente modificadas para controle do bicudo-do-algodoeiro, classificado dentro do tema de Biotecnologia, esteja em interface com este tema.

Para o tema das Tecnologias Sociais foram identificadas três ações, lançadas em 2005 e 2006, as quais refletem a política da Secretaria de Ciência e Tecnologia para a Inclusão Social, cujo secretário presidiu o comitê gestor entre 2003 e 2006. São ações transversais com o CT-Hidro, cuja deliberação não se encontra registrada nas atas do CT-Agro, devendo provavelmente ter ocorrido no âmbito do Comitê de Coordenação dos Fundos - embora haja registro posterior nas apresentações do balanço de ações feito pelo CNPq.

Segurança Alimentar foi o foco central apenas do primeiro edital temático lançado pelo CNPq com recursos do CT-Agro, em parceria com o MESA. Após este, o tema apareceu subordinado a ações com outros focos, em algumas chamadas voltadas ao tema da Agricultura Familiar, bem como na chamada para apoio a programas de melhoramento genético convencional (Edital 29/2008) em que havia linha específica para projetos envolvendo o “*melhoramento genético convencional de culturas de cereais e oleaginosas de importância alimentar básica, hortaliças e fruteiras; melhoramento genético convencional de plantas nativas com potencial de consumo direto na alimentação humana ou na agroindústria*”. Esta chamada parece se tratar de demanda trazida pelo representante da comunidade científica à época no comitê gestor, de acordo com a ata da 18ª reunião de 30/04/2008, e trata-se de uma demanda isolada.

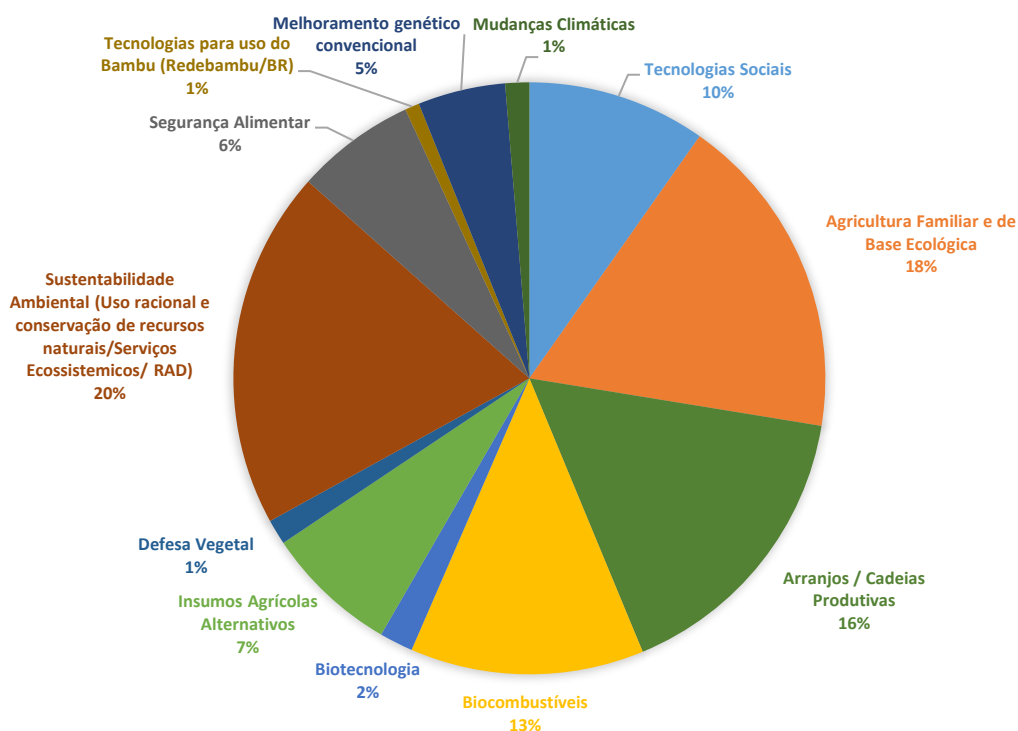
**Tabela 5** – Distribuição do número de projetos apoiados, por tema:

<b>Temas</b>	<b>Projetos</b>	<b>%</b>
Sustentabilidade Ambiental (Uso racional e conservação de recursos naturais/Serviços Ecosistêmicos/ Recuperação de Áreas Degradadas)	299	19,58
Agricultura Familiar e de Base Ecológica	272	17,81
Arranjos / Cadeias Produtivas	247	16,18
Biocombustíveis	195	12,77
Tecnologias Sociais	149	9,76
Insumos Agrícolas Alternativos	111	7,27
Segurança Alimentar	100	6,55
Melhoramento genético convencional	73	4,78
Biotecnologia	28	1,83
Defesa Vegetal	21	1,38
Mudanças Climáticas	20	1,31
Tecnologias para uso do Bambu (Redebambu/BR)	12	0,79
<b>Total</b>	<b>1527</b>	

Fonte: Elaboração da autora com base no levantamento de editais e Relatórios de Gestão do CNPq.

Do mesmo modo, o tema das Tecnologias para Uso do Bambu aparece isolado em uma única ação, e sua proposta também consta da 18ª reunião de 30/04/2008, trazida pelo presidente do comitê, com base em demanda da SEPED/MCTI a partir de seminário sobre o tema. Na ata desta Reunião fica evidente uma dinâmica decisória baseada no encaminhamento de demandas pelos diferentes membros - ou outros interessados -, com a subsequente distribuição dos recursos disponíveis, denotando uma dinâmica que favorece a pulverização destes recursos, já não muito significativos.

Esta dinâmica evolui ao longo dos anos e parece culminar nos anos de 2008 e 2009, justamente em período que o CT-Agro dispôs de níveis mais elevados de recursos. Na ata da 20ª reunião ocorrida em 07/12/2009, por exemplo, registra-se que foram recebidas 43 propostas de ações verticais enviadas anteriormente, e a reunião é toda dedicada a discutir estas propostas, de diversas origens, para definir a alocação de apenas R\$ 23 milhões disponíveis.



**Figura 8:** Distribuição do número de projetos apoiados por tema. Elaboração da autora a partir do levantamento de editais realizado.

Nota-se que, de modo geral, as ações concretizadas nos editais temáticos do CT-Agro refletem as definições do comitê, embora se observe menos transparência no modo de definição das ações transversais e a prevalência das prioridades de governo sobre as do setor privado - cuja participação nas discussões do Comitê Gestor, a partir de 2007/2008, deixa de ser evidente, não



havendo muitos registros de participação propositiva. A este respeito, menciona o Entrevistado 2 que: *“Os Comitês Gestores eram muito grandes, amplos, então a participação do setor privado ficava muito diluída. E havia um discurso, entendimento, de que a pesquisa seria feita e depois seria feito o desdobramento para as empresas. A própria empresa se acomodava com esta ideia.”*

Este comentário corrobora a análise de Pereira (2005), em relação às assimetrias existentes na composição dos Comitês Gestores, bem como parece indicar a prevalência generalizada de uma visão linear em relação ao processo inovativo que se expande para outros setores, incluindo o produtivo. Este, inclusive, é um entendimento bastante enfatizado pelo Entrevistado 2 - quanto a uma incompreensão geral da visão sistêmica sobre a inovação, bem como do que consistia a interação universidade-empresa.

Os temas que receberam maior ênfase, em que pese sua importância estratégica, são essencialmente prioridades de governo - Agricultura Familiar, Biocombustíveis, e Sustentabilidade Ambiental, este último, sem dúvida, um tema amplamente legitimado na sociedade. A exceção é o tema dos Arranjos Produtivos, para o qual possivelmente convergiram os interesses do setor privado com as políticas do MDIC, devendo ser considerada, ainda, a contribuição da SEAP (MPA) na área da pesca e aquicultura. Ainda assim, este tema está subdividido em ações para diferentes cadeias que, ao final, se resumem em ações pontuais. No geral, o conjunto dos temas das chamadas e a distribuição de recursos entre e dentro delas também indicam uma certa pulverização de recursos e baixa integração com as demandas do setor produtivo.

Nota-se que a parceria dos demais órgãos nas ações lançadas com o CT-Agro acontece no sentido de captar e potencializar o direcionamento de recursos para suas políticas e, também, pela oportunidade identificada por estes órgãos de executar seus programas (ou uma parte deles) pela descentralização. Ou ainda, como fez o MAPA, de buscar sanar algumas deficiências próprias em sua infraestrutura.

O encaminhamento dos temas e o modo de deliberação destes pelo Comitê Gestor indica uma ausência de estratégia e priorização consistente de temas ou áreas, o que parece ser determinante na distribuição um tanto pulverizada dos recursos. Em respeito a este ponto, a percepção trazida pelo Entrevistado 1 é a de que *“a mudança do modelo (estrutura de gestão e governança dos Fundos) acirrou a competição entre as instituições, e os fundos passaram a ser o locus de disputa pelos recursos, e não de articulação entre elas, em uma visão de rede, de sistema - a fragilização pela competição que comprometeu a cooperação.”*

De fato, a existência de uma postura de competição pelos recursos foi abertamente apontada pelo Entrevistado 3, especialmente entre as agências de fomento, Finep e CNPq – em detrimento da cooperação que era esperada, a qual não se consolidou. A própria dinâmica das reuniões do comitê gestor, indicada nas atas e confirmada por todos os entrevistados, evidencia que estas se tornaram um espaço de proposições isoladas, sem articulação entre os diversos atores ali reunidos, e que eram colocadas na mesa para disputar os recursos disponíveis, já não muito significativos.

No que diz respeito à participação do CNPq no Comitê Gestor, ela parece ter variado, de menos a mais propositiva, ao longo de um processo de aprendizado frente à nova proposta. A esse respeito vale trazer algumas percepções manifestadas pelos Entrevistados. O Entrevistado 2, com uma visão externa ao CNPq, aponta que:

A participação do CNPq variava, em algumas situações ele participava do Comitê, em outras tinha uma ligação umbilical com o setor, e em outras não era muito presente. Era visto como o operacional. [...] O operacional do CNPq era perfeito. Acho que tinha que participar mais da questão política. Ter uma presença mais marcante para discussão, para a condução. O trabalho do CNPq é muito importante e ninguém mais poderia fazer, e o CNPq poderia ter sido um pouco mais atuante.

Já o Entrevistado 3, ao descrever a atuação do CNPq nas reuniões, expõe sua visão orientada pelo posicionamento da própria agência e dá a entender que o aprendizado desta em como atuar nesse espaço se consolidou no sentido de enxergá-lo mesmo enquanto locus de disputa pelos recursos. Isso se nota ao afirmar a existência de um clima de competição entre as agências de fomento (Finep e CNPq) bem como no relato de uma estratégia de atuação nas reuniões para a captação de recursos junto ao CT-Agro.

Vale ainda notar, conforme relatos deste mesmo entrevistado, que as propostas para ações temáticas trazidas pelo CNPq eram em geral prospectadas com base nas demandas apresentadas nos Editais Universais, a partir dos quais se verificavam os temas e áreas de maior demanda (mais frequentes) no conjunto de propostas apresentadas, e que poderiam ser compatibilizadas com as diretrizes e prioridades do CT-Agro. Desse modo, não se pode deixar de notar que esta atuação advogou no sentido de captar recursos para o fomento à comunidade científica, segmento ao qual a agência está muito ligada e enxerga como seu público-alvo preferencial e referencial.

Assim, a atuação do CNPq nesta instância parece ter sido limitada por uma ausência de maior visão estratégica em relação à proposta trazida originalmente pelo Fundo Setorial, de certa forma contribuído para o quadro que se formou – não deixando de considerar outras questões tão ou mais importantes, como a própria ausência de coordenação e concertação dos diversos atores

envolvidos, por parte do MCTI, e da excessiva descentralização da estrutura de governança brasileira na área de políticas de inovação, conforme coloca Araújo (2011). Conforme observou o Entrevistado 1: “*Não é trivial promover a abordagem que busca a convergência entre diferentes visões. As instituições eram portadoras de visões também particulares.*”

### *Os Editais Temáticos: características, limitações e possibilidades*

#### a. Características gerais das ações

A partir da análise das disposições do regulamento específico de cada edital levantado se procurou analisar de que modo estes buscaram viabilizar a respectiva demanda oriunda do CT-Agro, em termos de seu nível de alinhamento às diretrizes e prioridades da nova PCTI.

Em relação à definição de garantir a distribuição de 30% dos recursos para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, verifica-se que houve disposição nesse sentido em 29 deles; três deles não definem qualquer distribuição, para outros dois a exigência não se aplica (chamadas para contratação de apenas 1 projeto), e seis definem um percentual específico para cada região que, ao final, excede o mínimo de 30% para N, NE e CO - inclusive um deles define percentual de 70% N, NE e CO (31/2007 - Formação e Fixação de Recursos Humanos para o Setor de Biocombustíveis). Desse modo, 87,5% das chamadas buscam atender a esta disposição, internalizada nos editais a partir de 2007.

Em termos de critérios de elegibilidade, estes são definidos para a Instituição Executora, o beneficiário pessoa física, e para a proposta – essa última em termos de aderência à chamada, formato de apresentação e descrição de itens específicos, além de existência de parcerias em certos casos. O financiamento realizado pelo CNPq tem tradicionalmente como instituições elegíveis as ICTs e IESs públicas e privadas sem fins lucrativos. Ainda que estas instituições sejam majoritárias no direcionamento dos recursos, o levantamento realizado mostra que o escopo de instituições elegíveis variou nos diversos editais, a depender da orientação e objetivos da chamada. A Tabela 6 relaciona os conjuntos de instituições elegíveis observados.

Verifica-se uma única chamada que tem empresas entre as instituições elegíveis. Trata-se da Chamada CT-Petro/CT-Agro/CNPq nº 31/2007 - Formação e Fixação de Recursos Humanos para o Setor de Biocombustíveis, subdividida em duas chamadas, sendo a segunda voltada à concessão de bolsas de fomento tecnológico a empresas, de qualquer porte, para projeto de PD&I em produtos

ou processos na cadeia produtiva de biocombustíveis. Nesta, foram aprovadas apenas 21 propostas, sendo sete delas oriundas de diferentes unidades da Embrapa.

**Tabela 6:** Escopo e arranjos de instituições elegíveis nos editais temáticos levantados:

Instituições Elegíveis	nº de editais
IES e Institutos e Centros de P&D, todos sem fins lucrativos; empresas públicas, que executem atividades de pesquisa em Ciência, Tecnologia ou Inovação	15
IES e Institutos e Centros de P&D, todos sem fins lucrativos	11
IES Públicas, Comunitárias e Confessionais, Instituições Públicas de Pesquisa e/ou Extensão	2
IES	1
IES e Institutos e Centros de P&D, todos sem fins lucrativos, e ONGs	1
IES e Institutos e Centros de P&D	1
IES e Institutos e Centros de P&D públicos e privados	1
IES Públicas, Comunitárias e Confessionais, Instituições Públicas de Pesquisa e Extensão e organizações do terceiro setor (OTS)	1
IES públicas, confessionais e comunitárias, instituições públicas de pesquisa e extensão rural, escolas agrotécnicas públicas e organizações do terceiro setor (OTS)	1
IES, instituições públicas de pesquisa e extensão rural, escolas agrotécnicas públicas, organizações do terceiro setor (OTS) e organizações dos agricultores familiares	1
IES Públicas, Comunitárias e Confessionais, e as Instituições Públicas e Privadas de Pesquisa Científica ou Tecnológica, todas sem fins lucrativos com atuação em áreas relevantes de APL de fruticultura	1
IES e Institutos e Centros de P&D, todos sem fins lucrativos (credenciada pelo Ministério da Educação para atuar no Ensino Superior em nível de pós-graduação lato sensu, atendendo aos requisitos da Resolução do CNE/CES nº 1 de 03 abril de 2001, conforme disposto no Art. 46 e no § 1º, do Art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996).	1
Linha de ação 1: a) IES, pública ou privada, sem fins lucrativos, credenciada junto ao Ministério da Educação; b) Instituto de pesquisa científica ou tecnológica, federal ou estadual, reconhecido pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, sem fins lucrativos, com atuação em pesquisa, desenvolvimento e inovação em biocombustíveis; c) Associações e cooperativas, sem fins lucrativos, do setor produtivo de biocombustíveis. Linha de ação 2: a) Empresas de qualquer porte, constituídas sob as leis brasileiras, com atuação na cadeia produtiva de biocombustíveis.	1
IES e Institutos e Centros de P&D, todos sem fins lucrativos, obrigatoriamente em parceria com outras instituições na forma de consórcio	1
Não define	1

Fonte: Elaboração da autora a partir dos editais levantados na página do CNPq, e documentos internos.

Em relação ao perfil do beneficiário pessoa física do apoio – que assume a figura de coordenador do projeto, com a responsabilidade por sua execução física e financeira – na ampla maioria das chamadas é requerido que seja “Pesquisador (doutor) vinculado à IE”, sendo a titulação de doutorado um critério de elegibilidade em 77,5% dos casos. Vale notar que nas chamadas orientadas à extensão (temas Agricultura Familiar e Tecnologias Sociais), em que eventualmente outras organizações puderam participar como executoras além das ICTs e IESs (ONGs, associações, instituições de pesquisa e extensão, escolas agrotécnicas, p.ex.), o perfil requerido se resume a “Pessoa vinculada à Instituição executora”. No caso específico da chamada 31/2007, que inclui empresas entre as instituições elegíveis, o coordenador deveria ser “profissional vinculado à instituição executora”.

Em relação às vigências dos projetos contratados, elas variam entre 18 e 36 meses. Apenas uma ação, envolvendo a contratação de um projeto em rede para desenvolver variedades

transgênicas de algodão resistentes à praga “bicudo do algodoeiro” (43/2009), teve vigência original de 48 meses. É provável que estes prazos sejam curtos para a natureza de muitas destas ações de PD&I. O fato de que muitos relatórios técnicos se mostram incompletos em termos de resultados apresentados, frente aos esperados, ou mesmo em termos de atividades executadas (o que eventualmente ocasiona o indeferimento nas análises técnicas das prestações de contas destes projetos) e, ainda, que as prorrogações de projetos costumam representar uma demanda expressiva na proximidade do término destas vigências, corrobora essa percepção.

Estas vigências, contudo, são determinadas pelo Termo de Referência de cada ação, existindo uma dificuldade de se definir prazos mais longos devido aos ciclos orçamentários e políticos. Na evolução das chamadas ao longo dos anos nota-se uma tendência de padronização das vigências no prazo de 36 meses. A padronização das vigências em um prazo que parece ser curto para a maior parte dos projetos de PD&I indica um descolamento do instrumento ao seu objeto e, em última análise, uma deficiência ou mesmo ausência de orientação para resultados.

Nota-se também que nem todas as chamadas foram orientadas à P&D - existindo aquelas voltadas a extensão, capacitação, e outras restritas à pesquisa aplicada. Nos casos em que as chamadas se voltaram a projetos de PD&I buscou-se avaliar como foi dada essa orientação no instrumento. O que se observa é que não há uma consistência entre as diversas chamadas, havendo editais em que esta orientação consta na informação do objeto porém os dispositivos em seu regulamento não reforçam esse aspecto; ou, apesar de requerer a apresentação da proposta segundo um modelo estruturado que orienta para projeto de P&D - questionando sobre a existência de parcerias, contrapartidas, e produtos/processos esperados, a chamada não requer a comprovação das parcerias na apresentação da proposta, ou dos produtos esperados ao final da vigência, e tampouco prevê um conjunto de critérios de pontuação plenamente coerentes com um projeto de P&D, e em algumas vezes ainda predominando aqueles tradicionalmente utilizados no fomento científico.

Alguns editais explicitam o caráter de P&D no objeto e buscam reforçar esta orientação por dispositivos ao longo do regulamento e por meio de critérios de pontuação quanto ao potencial da proposta de gerar produtos, processos e/ou patentes, existência de parcerias e contrapartidas, além de requerer a apresentação da proposta segundo um modelo estruturado. Poucas demonstram consistência e coerência no uso destes dispositivos e outros pequenos mecanismos de orientação buscando, além de explicitar a natureza dos projetos na chamada, reforçar essa orientação com exigências concretas de parcerias (comprovação), modelo estruturado de apresentação da proposta de P&D com foco nos resultados esperados, e um conjunto coerente de critérios de pontuação que

efetivamente priorizem este caráter, o que também é importante para orientar o Comitê Julgador em sua análise.

Vale mencionar que o perfil dos comitês julgadores, embora não tenha sido possível analisar neste trabalho, é um aspecto importante a se considerar. É bem estabelecida a orientação, no CNPq, de que os Comitês Julgadores devam ser formados por acadêmicos e cientistas de notória experiência em sua área de expertise, o que é plenamente coerente em um processo de seleção de propostas para o fomento voltado a este segmento, quando o mérito técnico-científico é um dos aspectos centrais a serem avaliados. Ainda, costuma-se utilizar um critério de “pré-seleção” para identificar tais profissionais, com base no fato de serem pesquisadores agraciados com bolsas de produtividade – uma espécie de selo de reconhecimento por sua produção acadêmico-científica. Por meio desta prática, o CNPq aprofunda uma relação já bastante íntima e, pode-se até dizer, de co-dependência com o meio acadêmico, onde a agência garante o fomento à demanda espontânea deste e dispõe de uma base de pesquisadores comprometidos com seus processos de seleção.

Assim, quanto a esse aspecto, a questão que surge é se de fato os comitês julgadores constituídos para as chamadas temáticas teriam um perfil adequado à natureza destas, no que tange à preocupação com as novas diretrizes que estavam sendo introduzidas e os aspectos específicos relacionados a projetos de PD&I, ou se haveria predominado o foco tradicional de análise. A percepção do Entrevistado 2, expressa em tom de crítica, foi a de que:

[...] quando você constitui um Fundo e fala que é pra trabalhar com a empresa, isso não foi bem trabalhado [...], os Comitês que se montaram analisavam as propostas sempre da mesma maneira, independente do lugar. Não houve uma concertação de que tinha que ter a empresa – e um benefício para elas.

Em relação à formação de parcerias, devido à sua relevância para projetos de PD&I, além de uma avaliação geral foi realizada uma tentativa de sistematizar o grau em que estas foram requeridas ou incentivadas no conjunto das chamadas em pauta. Esta sistematização consta do Apêndice 4. Nota-se que, em relação à cooperação com empresas, há 22 chamadas que mencionam alguma orientação para esta parceria, sendo que em oito delas a orientação é considerada fraca (conforme critérios descritos no Apêndice 4) e em nenhuma delas a parceria com a empresa é critério obrigatório.

Já em relação à formação de redes de pesquisa verificou-se que 15 chamadas orientam para este formato, priorizado em diferentes graus. Em oito delas a apresentação do projeto em rede é característica obrigatória, e nota-se que destas oito chamadas, seis delas são todas aquelas lançadas no ano de 2009 e duas lançadas em 2010, evidenciando uma orientação nesse sentido que

prevaleceu no período. Ao que tudo indica a orientação de ênfase para a formação de redes é oriunda da própria Diretoria de Programas Temáticos e Setoriais/CNPq, já que neste período houve ainda a criação de outros dois programas em rede no âmbito dessa Diretoria em outras Coordenações (SISBIOTA e REFLORA) e, ainda, que não foi verificado qualquer registro nas atas do comitê gestor quanto à orientação específica para ações em rede.

Ainda, em 30 chamadas, os editais fazem menção à formação de “parcerias multi-institucionais”, sendo que em sete delas a indicação foi considerada fraca. Apenas para uma das chamadas este tipo de parceria foi obrigatório (26/2010 – Chamada II). Foram ainda observados outros tipos de parcerias indicadas como necessárias ou desejáveis aos projetos, em 16 chamadas, envolvendo agricultores, associações; ONGs; cooperativas; movimentos sociais; prefeituras; comitês gestores de bacias. Estas são mencionadas nas chamadas dentro do tema da Agricultura Familiar, Tecnologias Sociais e alguns outros editais que priorizam a formação de redes.

Outro aspecto relacionado à formatação das chamadas é o do acompanhamento e avaliação dos resultados, tanto em relação às entregas individuais dos projetos, como do conjunto da ação. A avaliação das entregas individuais dos projetos é obrigatória e realizada sempre ao final, na chamada fase de prestação de contas, com base em relatório técnico apresentado pelo beneficiário (coordenador do projeto). O que se considera digno de nota é o fato de que, para a maioria quase absoluta dos editais levantados, não é requerida a apresentação ou comprovação de qualquer produto. Esse modelo talvez faça mais sentido no âmbito do fomento acadêmico-científico, mas não parece adequado em se tratando de ações induzidas voltadas à projetos de PD&I, cujos objetivos envolvem a obtenção de resultados mais concretos e dirigidos ao setor produtivo.

Uma única chamada (32/2009) demandou a entrega de um produto específico, a saber, um banco de dados para o Departamento de Sanidade Vegetal do MAPA. Esta chamada foi elaborada para atender a demanda específica desse órgão por atualização de informações sobre pragas quarentenárias e um banco de dados respectivo. Verifica-se ainda que outras duas chamadas (24 e 36/2009) executadas pelas áreas técnicas vinculadas à Coordenação Geral do Programa de Pesquisa em Ciências da Terra e do Meio-Ambiente (COGEC e COIAM), requerem a apresentação de produtos de divulgação científica dos projetos, uma demanda relevante que foi internalizada por aquela Coordenação Geral, mas que, contudo, não se encaixa no contexto da avaliação de resultados de P&D.

No que diz respeito à avaliação de resultados das ações executadas como um todo, ou seja, do conjunto de projetos contratados por estas ações, a constatação geral é que esta é, senão

inexistente, muito incipiente. As informações levantadas e discussão sobre o processo de acompanhamento e avaliação de ações são apresentadas em item à parte, pela maior atenção que o tópico merece.

b. Acompanhamento e avaliação das ações:

Pode-se afirmar que, atualmente, no processo habitual da execução de ações pelo CNPq, a avaliação de resultados é praticamente inexistente. O que é mais comum - porém ainda de forma eventual, é a existência de algum processo de acompanhamento do conjunto dos projetos, na forma de seminários, uma prática mais associada às chamadas temáticas, especialmente aquelas que são financiadas por parceiros externos (ministérios, agências, empresas) e a alguns programas. Estes eventos de acompanhamento servem mais como forma de alinhar os projetos aos objetivos da ação e de promover uma interação entre coordenadores de projetos, gestores e técnicos, porém não fazem parte de um processo de avaliação de resultados da ação, propriamente dito, em que haja uma verificação, consolidação, sistematização e - tão importante quanto - a divulgação dos resultados, após a conclusão destas.

Em relação às chamadas financiadas com recursos dos Fundos Setoriais, verifica-se iniciativa (isolada) de introduzir a prática da avaliação de seus resultados a qual, contudo, não evoluiu. Tratando aqui especificamente do CT-Agro, tem-se que este Fundo tinha entre suas competências, de acordo com o Art. 5º de seu regimento: *“acompanhar a implementação das atividades de pesquisa científica e de desenvolvimento tecnológico autorizadas com recursos do Fundo Setorial do Agronegócio”* e *“avaliar, anualmente, os resultados das atividades desenvolvidas”*. Ainda, em seu Artigo 21, consta que: *“Será promovida ampla divulgação dos atos do Comitê Gestor, das ações financiadas pelo Fundo e das avaliações de resultados dessas ações”* (MCTI, 2012).

As avaliações relativas a suas ações, contudo, são escassas e normalmente constam dos relatórios de atividades e de gestão das duas agências de fomento, Finep e CNPq. Ainda assim se limitam aos termos de uma prestação de contas formal, ou seja, as informações se dão em termos de execução das ações, como temas, números de projetos, distribuição regional, recursos empenhados, natureza das rubricas, e execução orçamentária e financeira. Por outro lado, parece haver poucas informações a respeito dos resultados mais específicos produzidos por estes investimentos, pelo menos em relação àqueles realizadas no âmbito do CNPq, foco desse trabalho.



Quando do início do funcionamento do Fundo Setorial do Agronegócio, contudo, nota-se que esta questão esteve na pauta de discussões, conforme se verifica nos registros das atas das reuniões do período, sendo um tema levantado especialmente pelos representantes da comunidade acadêmico-científica e do setor produtivo que fizeram parte da primeira composição do comitê gestor. Em linha com esta preocupação há deliberações por destinar uma fração dos recursos disponíveis para essa finalidade o que, inclusive, tem previsão na própria Lei 10.332/2001, em seu Art. 4º, §3º.

Este contexto representou uma janela de oportunidade para iniciativa de um projeto piloto de acompanhamento e avaliação de resultados dos editais temáticos financiados pelos Fundos Setoriais, dentro do CNPq<sup>2</sup>. Embora os documentos que dão conta dela façam referência à Coordenação Geral do Programa de Pesquisa em Agropecuária e Biotecnologia, a origem da iniciativa está circunscrita à Coordenação do Programa de Pesquisa em Agropecuária e do Agronegócio, uma de suas Coordenações Técnicas subordinadas, na qual foram implementadas todas as ações com recursos do CT-Agro nos primeiros anos. A expectativa era que este projeto pudesse ser difundido na agência e institucionalizado, passando a ser aplicado rotineiramente ao seu conjunto mais amplo de ações.

A proposta inicial era relativamente simples, e propunha uma avaliação parcial dos projetos de cada chamada por meio de formulários com questões induzidas (Formulário de Avaliação de Proposta) que serviriam para acompanhamento e construção de indicadores e, ao final das vigências, além do relatório técnico tradicionalmente requerido, deveria ser respondido outro formulário de avaliação, mais orientado aos resultados. Neste momento, membros do Comitê Julgador que selecionou as propostas seriam mobilizados para avaliar os projetos com base no mesmo formulário de indicadores respondido pelos coordenadores, os quais seriam então comparados, como forma de balizar as percepções entre avaliados e avaliadores. Em seguida seriam identificados, junto com a área técnica, os projetos com a melhor e a pior avaliação, até um certo limite. Estes projetos seriam objeto de visita técnica de analista do CNPq juntamente com um consultor especialista para, junto com a equipe executora do projeto, trocar informações e avaliar in loco suas condições de execução e resultados obtidos. Após a conclusão de todas as etapas os resultados seriam consolidados e divulgados.

---

<sup>2</sup> Foi denominado de processo de Acompanhamento, Avaliação e Assessoramento (AAA), e se encontra descrito em relatório específico para apresentação ao Comitê Gestor do CT-Agro, cuja cópia foi disponibilizada pelo Entrevistado 4.

A experiência-piloto foi realizada para o Edital MCT/SEAP/CNPq/CT-Agro n° 02/2003 e verificam-se registros sobre a apresentação de informações ao Comitê Gestor a respeito dessa proposta de metodologia de avaliação entre a 11ª (junho/2005) e a 14ª (outubro 2006) reunião. Os resultados desta avaliação vieram a ser publicados na Revista Agroanalysis, ainda em 2005<sup>3</sup>, a título de divulgação, manifestado o interesse do comitê gestor nesse sentido. Relatório produzido pela COAGR ao final de 2006, especificamente para prestar conta das avaliações de chamadas ao comitê gestor, informa que o processo havia sido completado para os primeiros três editais (01 e 02/2003 e 22/2004) e para outros dois (28/2004 e 08/2005) havia sido realizada a primeira etapa, estando a segunda etapa prevista para o início de 2007.

É importante notar que estas primeiras avaliações, mesmo em caráter experimental, já foram capazes de produzir informações relevantes para o CNPq. A partir delas foi possível constatar, por exemplo, a lacuna existente entre o processo de desenvolvimento do conhecimento e o de sua transferência aos setores usuários, por parte da maioria dos projetos. Mas, também, foi possível refletir sobre o próprio modo de planejar e executar a ação, já viabilizando pequenas melhorias nos instrumentos (p.ex: critérios de julgamento mais adequados aos objetivos da chamada, dispositivos orientadores e outros específicos para pontos em que os editais iniciais eram omissos, além de modelos estruturados de apresentação de propostas), além de reforçar o entendimento de que os resultados eram mais satisfatórios quando o objeto e escopo das chamadas estavam bem delineados. Enfim, já deixava evidente o potencial de aprendizado da agência com este processo.

Além de seu potencial de funcionar como um mecanismo de aperfeiçoamento dos instrumentos e melhoria de resultados, e de contribuir para aumentar o engajamento dos beneficiários do apoio em relação às prioridades de política, ou simplesmente dos resultados esperados das ações, é provável que a institucionalização deste processo - plenamente coerente com as competências da Agência - contribuísse de forma significativa para aumentar seu aprendizado organizacional e capacidade propositiva, fortalecendo-a no SNCTI.

Apesar disso a proposta não foi institucionalizada, não tendo resistido ao segundo ano, ao que indicam a ausência de dados a respeito da continuidade das avaliações e conforme afirma o Entrevistado 4, responsável pelo desenvolvimento da proposta e apresentação ao Comitê Gestor. Na percepção deste, não houve um interesse genuíno no projeto pela Alta Administração do CNPq

---

<sup>3</sup> CT – AGRONEGÓCIO: Inovação, competitividade e qualidade nas cadeias produtivas. Agroanalysis - Revista de Agronegócios da FGV. Nov. 2005. p.24-30.

à época, de modo que não houve mobilização do setor de informática para viabilizar a integração deste processo à plataforma eletrônica da Agência.

Neste período estava sendo desenvolvida a nova plataforma do CNPq e havia a oportunidade para que a sistemática de avaliação fosse integrada à esta. O fato é que os objetivos prioritários neste projeto eram aumentar a capacidade do CNPq de operacionalizar suas demandas e executar recursos, e simplificar a interface com o usuário externo - objetivos importantes, mas a ênfase que foi posta neles e a orientação vigente para sua implementação acelerada não deixaram espaço para que outras oportunidades (ou, necessidades) fossem incorporadas.

A área técnica, por sua vez, tinha que executar o processo manualmente e por conta própria e, frente ao aumento acelerado das demandas e falta de apoio organizacional, perdeu-se o engajamento no processo de avaliação de ações. Para os editais lançados em 2008 nota-se que já não existem os dispositivos prevendo um processo de acompanhamento e avaliação, que haviam sido inseridos no modelo geral de editais do CNPq.

Em relação ao Comitê Gestor, não há registros em ata sobre a cobrança por avaliação de resultados. O que se nota é que este tema surge eventualmente nas atas entre 2003 e 2006 – sendo que na 7ª Reunião (13/07/2004) há uma deliberação no sentido de criar um sistema de acompanhamento e avaliação de projetos contratados no âmbito do Fundo, função que foi delegada à Finep. Daí em diante surge nas discussões eventual e pontualmente até deixar de haver registros sobre esse tópico após a primeira reunião de 2007.

Posteriormente, verifica-se a partir nas atas da 22ª (08/10/2009) e 25ª (16/12/2011) reunião que houve contratação de estudo junto a um grupo de pesquisadores do CEDEPLAR/UFMG e IPEA para desenvolver metodologia de avaliação dos conjuntos de projetos financiados com recursos dos Fundos Setoriais, tendo sido apresentado um primeiro relatório<sup>4</sup> ao comitê gestor do CT-Agro. Há ainda menção a uma análise específica, realizada para o CT-Agro, que deveria ser apresentada na 25ª reunião e é adiada por impossibilidade de participação do pesquisador responsável. Os resultados destes estudos não parecem repercutir nas reuniões do Comitê, a julgar pelos registros de atas. O conjunto destas observações indica uma falta de prioridade dispensada à avaliação de resultados pelos atores diretamente envolvidos com o direcionamento e execução dos recursos do CT-Agro, incluindo o próprio CNPq.

---

<sup>4</sup> Produto inicial de Convênio firmado entre Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), de acordo com informações do próprio documento, intitulado “Relatório nº 1 - Fundos Setoriais e sistema nacional de inovação: uma avaliação exploratória”.

Desse modo, apesar da iniciativa relatada anteriormente, os processos de avaliação de resultados dos conjuntos de projetos apoiados em cada ação nunca se consolidaram enquanto uma prática de rotina no CNPq. No caso dos editais levantados o que se verifica é que, embora a possibilidade de acompanhamento tenha sido reintroduzida em diversos deles, em sua ampla maioria isso não é viabilizado. E, quando ocorre, os resultados não são difundidos, ficando restritos a documentos internos aos quais apenas os técnicos diretamente envolvidos na ação têm acesso.

Essa constatação é preocupante, ainda que esta seja, reconhecidamente, uma limitação generalizada na Administração Pública, que não costuma se orientar para resultados. Contudo, ao dispor certamente da maior base de dados sobre as competências nacionais em C&T, constantemente alimentada sobre instituições, grupos de pesquisas e seus pesquisadores, além dos resultados dos projetos que financia, ao mesmo tempo em que possui elevada capilaridade junto ao meio acadêmico-científico, não se pode dizer que o CNPq não possua os instrumentos para executar processos de avaliação e assessorar a política de CT&I.

Adicionalmente, enquanto agência de longa tradição em seu foco de atuação e dotada de certa independência— por se situar na esfera da Administração Indireta e, ainda, tida como uma entidade eminentemente técnica, possui legitimidade para avaliar e assessorar. Esta é, a propósito, uma percepção compartilhada pelo Entrevistado 2, ao afirmar que: *“O CNPq é muito mais estável ao longo do tempo que o Ministério, e o que falta nessas horas (...) é exatamente uma cabeça pensante, um think tank (...)”*.

### **Considerações Finais**

Em que pesem as limitações metodológicas envolvidas neste trabalho, considera-se que a análise desenvolvida permitiu identificar algumas questões relevantes para reflexão quanto à atuação do CNPq no contexto da nova PCTI.

Na concepção desta política, como não poderia deixar de ser, esta agência recebeu uma posição de destaque no SNCTI, tendo assento em todas as instâncias de gestão do FNDCT e sendo designada como um dos seus principais operadores, desse modo em plenas condições de contribuir com sua expertise para o aperfeiçoamento do sistema.

Ao analisar sua atuação neste contexto, o que parece se evidenciar, contudo, foi um posicionamento mais reativo da agência do que um engajamento às novas diretrizes propostas. A julgar pelo posicionamento assumido no âmbito do Comitê Gestor do CT-Agro, o CNPq, uma vez

que assume uma postura mais propositiva, parece atuar mais no sentido de captar recursos para fortalecer a operação de seu de fomento científico, advogando de forma alinhada aos interesses da comunidade acadêmico-científica – de modo geral ainda não engajada na nova visão que se buscava introduzir.

No contexto da expansão dos recursos disponíveis para o SNCTI, houve um esforço interno da agência no sentido de também expandir sua capacidade de operacionalizar ações e executar recursos. Porém o esforço em compatibilizar o perfil de suas chamadas às novas diretrizes e prioridades parece ter sido limitado por uma certa acomodação em torno do modelo de fomento já estabelecido na agência, voltado ao seu público-alvo tradicional. Embora certamente essa compatibilização dependesse de um processo de aprendizado, não houve investimento neste aspecto, tendo em vista a resistência (ou negligência) em relação a institucionalização de um processo de avaliação.

Assim, em relação à operacionalização das ações analisadas, verifica-se que não houve um redesenho propriamente dito, no sentido de constituir um novo modelo de fomento mais adequado a atender às novas diretrizes propostas. Tanto a elaboração dos editais como as demais etapas do processo de seleção e contratação de projetos se manteve em torno de um modelo mais ou menos semelhante ao já tradicionalmente praticado pelo CNPq, com algumas peculiaridades.

Isso está explicitado pelas inconsistências observadas nos dispositivos destas chamadas, bem como a falta de clareza quanto à parceria requerida na maior parte delas, especialmente em relação à interação-universidade empresa, um dos principais conceitos que a nova política buscou introduzir e para a qual, em nenhum dos editais, foi trazida como característica obrigatória. Parece, ainda, que o modelo de fomento praticado pelo CNPq, por meio destas ações temáticas, contribuiu para a pulverização dos recursos disponibilizados, já que foram distribuídos em uma grande quantidade de projetos de valor não muito significativo - em termos de PD&I, e em sua maior parte desarticulados entre si. Assim, estes recursos devem ter sido mais importantes em termos da revitalização do sistema, do que propriamente em concretização de inovações para o agronegócio.

Embora se identifique nessa trajetória algumas propostas e orientações com um caráter mais estratégico, estas foram todas pontuais e vinculadas às iniciativas pessoais de gestores e técnicos que tiveram a chance de contribuir nestes espaços, e assim existiram por curto período de tempo indicando ausência de uma visão geral mais estratégica no CNPq que pudesse trazer maior consistência à sua atuação diante da nova proposta de política.

Especificamente em relação à experiência de implementação de um processo de avaliação de resultados para estes editais, embora tenha sido aplicado de maneira incipiente, ela deixou claro seu potencial de aprimoramento dos editais e do modelo de fomento, bem como de promoção de um aprendizado que poderia ter contribuído para fortalecer a capacidade propositiva e de assessoramento à política de CT&I, por parte do CNPq. Considera-se assim que foi perdida uma oportunidade conjuntural para o desenvolvimento e institucionalização dessa prática pela Agência - que deveria adotá-la independente da demanda do CT-Agro ou de outros atores externos.

A ausência da prática de avaliação de resultados no CNPq é bastante preocupante uma vez que, enquanto um dos principais operadores da PCTI, não poderia se eximir desta função tendo em vista a importância destes resultados para orientar a implementação da política que opera. Ao se considerar a capacidade de centralização de dados e informações desta Agência acerca das capacidades nacionais em CT&I, bem como dos resultados da enorme quantidade de projetos que contrata e, ainda, sua capilaridade junto a toda a comunidade acadêmico-científica, fica evidente sua capacidade e dever de atuar neste sentido. De fato, a execução de processos de avaliação de resultados se revela como atividade plenamente coerente, senão obrigatória, ao se verificarem as competências definidas em seu estatuto e a própria missão institucional que ostenta, de modo que sua omissão implica, em última análise, na própria omissão da instituição em relação ao seu papel no sistema.

Ao fim, resta questionar se a cultura institucional estabelecida não tem contribuído para limitar a capacidade de ação da Agência, que parece resignada em representar e atender aos interesses de um segmento específico do SNCTI - a academia -, enquanto negligencia seu papel mais amplo no contexto das políticas de CT&I nacionais. Aqui vale reiterar a observação de Pacheco (2018 apud GIMENEZ; BONACELLI; BAMBINI, 2018), já mencionada na introdução deste trabalho, a respeito da importância das Fundações de Apoio à C&T e das agências de fomento para o uso e implementação do novo arcabouço jurídico e institucional que vem sendo construído desde o final da década de 1990, em que estas instituições têm o papel determinante de disseminar as novas normas e diretrizes do quadro legal da CT&I.

## Referências bibliográficas

ARAÚJO, Bruno Cesar. Políticas de Inovação e suas Instituições no Brasil e na China. **Radar: tecnologia, produção e comércio exterior**. Brasília, n. 16, p. 66-75, out. 2011. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/5227>. Acesso em 16 dez. 2020.

ARAÚJO, Bruno Cesar; PIANTO, Donald; NEGRI, Fernanda De; CAVALCANTE, Luiz Ricardo; ALVES, Patrick Franco. Impactos dos fundos setoriais nas empresas. **Revista Brasileira de Inovação**, v. 11, n.esp., p. 85-112, jul. 2012.

BRASIL. Lei nº 10.332, de 19 de dezembro de 2001. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/LEIS\\_2001/L10332.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10332.htm). Acesso em 01 dez. 2020.

BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT); Academia Brasileira de Ciências (ABC). *Ciência, Tecnologia e Inovação: desafio para a sociedade brasileira – Livro Verde*. Cylon Gonçalves da Silva e Lúcia Carvalho Pinto Melo (Orgs.). Brasília: MCT/ABC, 2001.

BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT); Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE). *Livro Branco de Ciência, Tecnologia e Inovação*. Brasília: MCT/CGEE, 2002.

BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT); Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE). *Livro Azul da 4ª Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável*. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia/Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2010.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). *Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2016-2022*. Brasília: MCTI, 2016. Disponível em: <https://antigo.mctic.gov.br/mctic/opencms/ciencia/SEPED/Publicacoes/ENCTI/PlanosDeAcao.html>. Acesso em 20 dez.2020.

BUAINAIN, Antonio Marcio; CORDER, Solange; PACHECO, Carlos Américo. Brasil: experiencias de transformación de la institucionalidad pública de apoyo a la innovación y el desarrollo tecnológico. In: Gonzalo Rivas y Sebastián Rovira (org.). **Nuevas instituciones para la innovación: Prácticas y experiencias en América Latina**. Santiago de Chile: Cepal, 2014. Cap. 3, p. 85-129.

BUAINAIN, Antonio Marcio; LIMA JUNIOR, Irineu de Souza; CORDER, Solange. Desafios do financiamento à inovação no Brasil. In: COUTINHO, D. R.; FOSS, M.C.; MOUALLEM, P.S.B. (org.). **Inovação no Brasil: avanços e desafios jurídicos e institucionais**. São Paulo: Edgard Blücher, 2017. Cap. 4, p. 97-123.

CASSIOLATO, José Eduardo; LASTRES; Helena Maria Martins. Sistemas de inovação e desenvolvimento: as implicações de política. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v. 19, n. 1, p. 34-45, jan./mar. 2005.

CORDER, Solange; BUAINAIN, Antonio Marcio. O financiamento à Inovação no Brasil. **ComCiência** (UNICAMP), v. 150, p. s/n, 2013.

GIMENEZ, Ana Maria Nunes; BONACELLI, Maria Beatriz Machado; BAMBINI, Marta Delpino. O novo marco legal de ciência, tecnologia e inovação no Brasil: desafios para a

universidade. **Desenvolvimento em Debate** (INCT/PPED). Rio de Janeiro, v.6, n.2, p.99-119, 2018.

LEAL, João Carvalho. Apoio público à pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico: a crise do FNDCT na perspectiva da ação pública. Orientador: Mário Lúcio de Ávila. 2019. 136 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública). Universidade de Brasília, Brasília.

LEMOS, Danyela da Cunha; CÁRIO, Silvio Antonio Ferraz. A Evolução das Políticas de Ciência e Tecnologia no Brasil e a Incorporação da Inovação. In: **Conferência Internacional LALICS 2013 - Sistemas Nacionais de Inovação e Políticas de CTI para um Desenvolvimento Inclusivo e Sustentável**. 11 e 12 de novembro, 2013, Rio de Janeiro, Brasil.

MCTI. Comitê Gestor do Fundo Setorial do Agronegócio. Regimento Interno. 2012. Disponível em:[http://antigo.mctic.gov.br/mctic/opencms/fundos/fndct/fundos\\_CeT/ct\\_agronegocio/ct\\_agronegocio.html](http://antigo.mctic.gov.br/mctic/opencms/fundos/fndct/fundos_CeT/ct_agronegocio/ct_agronegocio.html). Acesso em 05 dez. 2020.

MELO, Luiz Martins de. Financiamento à inovação no Brasil: análise da aplicação dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e da Financiadora De Estudos e Projetos (Finep) de 1967 a 2006. **Revista Brasileira de Inovação**, v. 8, n. 1, p. 87-120, jan/jun. 2009.

MOURA, Marcus Gualberto Ganter de. Avaliação do Fundo Verde-Amarelo: origens, evolução e resultados. Orientador: Victor Pelaez. 2017. 129f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas), Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná. Curitiba.

PACHECO, Carlos Américo. As reformas da política nacional de ciência, tecnologia e inovação no Brasil (1999-2002). **Manual de políticas públicas**. Cepal: Santiago do Chile, 2007.

PEREIRA, Newton Muller. Fundos setoriais no Brasil: um pouco da história. *Ciência e Cultura*. São Paulo, v. 59, n. 4, p. 37-39, 2007.

PEREIRA, Newton Muller. Fundos Setoriais: estratégias de implementação e gestão. Brasília, **Série Textos para Discussão** (IPEA), n. 1136, nov., 2005.

RIBEIRO, Públio Vieira Valadares. Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação; infraestrutura científica e tecnológica: estudo sobre as instituições de pesquisa do MCTI. Orientador: Michelangelo Giotto Santoro Trigueiro. 2016. 255f. Tese (Doutorado em Sociologia), Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Sociologia, UnB. Brasília.

SALLES-FILHO, Sergio; CORDER, Solange. Reestruturação da Política de Ciência e Tecnologia e Mecanismos de Financiamento à Inovação Tecnológica no Brasil. **Cadernos de Estudos Avançados**. Rio de Janeiro, p. 35-44, 2003.

SILVA, Diego Rafael de Moraes; FURTADO, André Tosi. Modelos teóricos e interesses de mensuração no surgimento da pesquisa de inovação brasileira (Pintec). **Revista Brasileira de Inovação**, v. 16, n. 1, p. 97-128, fev. 2017.

VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro. Políticas públicas de inovação no setor agropecuário: uma avaliação dos fundos setoriais. **Revista Brasileira de Inovação**, v.1, n.13, p.109-132, jan/jun. 2014.



# APÊNDICES

**Apêndice I:** Relação de Editais Temáticos com recursos do CT-Agro, lançados pelo CNPq:

Lançamento	Edital/Chamada
2003	Edital MCT/CNPq/MESA/CT-Agro nº 01/2003 - Segurança Alimentar Edital MCT/SEAP/CNPq/CT-AGRONEGÓCIO nº 02/2003 - Aquicultura
2004	Edital MCT/CNPq/MDA/CT-Agro nº 022/2004 - Tecnologias Apropriadas à Agricultura Familiar Edital MCT/CNPq/CT-Amazônia/CT-Agro/FVA/CT-Petro nº 028/2004 - Estudo da Produção de Oleaginosas nos Estados da Região Norte
2005	Edital CT-AGRO/MCT/CNPq nº 08/2005 - Tecnologias para Redução e Utilização de Resíduos Rurais e Agroindustriais e Redução das Perdas na Produção Agropecuária Edital CT-AGRO/CT-HIDRO/MCT/CNPq nº 018/2005 - Tecnologias sociais para os catadores de materiais recicláveis Edital CT-AGRO/CT-HIDRO/MCT/CNPq nº 019/2005 - Tecnologias para inclusão social nos temas "água e alimentação humana e animal" Edital CT-AGRO/MDA/MCT/CNPq nº 020/2005 - Geração e Disponibilização de Tecnologias de Base Ecológica Apropriadas à Agricultura Familiar
2006	Edital MCT/CNPq/CT-Agronegócio nº 04/2006 - APL Fruticultura Edital MCT/CNPq/CT-Hidro/CT-Agronegócio nº 05/2006 - Racionalização do Uso da Água e Inclusão Social no Meio Urbano e Peri-urbano
2007	Edital CT-Biotecnologia/CT-Petro/CT-Agro/MCT/CNPq nº 28/2007 - Formação de Recursos Humanos em Biotecnologia aplicada à Bioindústria. Edital CT-Petro/CT-AGRO/CNPq nº 31/2007 - Formação e Fixação de Recursos Humanos para o Setor de Biocombustíveis Edital CT-Agronegócio/MCT/CNPq nº 38/2007 - Estudos Genômicos em Soja Edital MCT/CNPq/CT-Agro/CT-Biotec nº 39/2007- Tecnologias de Vanguarda para a Produção de Etanol e Biodiesel
2008	Edital MCT/CNPq/SEAP-PR/CT-Agronegócio/CT-Verde Amarelo/CT-Saúde/CT-Hidro nº07/2008 - Geração e Disponibilização de Tecnologias para a Agricultura Familiar Edital MCT/CNPq/CT-Agronegócio/ MDA nº 23/2008 - Programa Intervivência Universitária Edital MCT/CNPq/CT-Agro nº 25/2008 - Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação do Bambu Edital MCT/CNPq/CT-Agronegócio/CT-Hidro nº 27/2008 - Conservação dos Recursos Hídricos e o Aumento da Produção de Água em Unidades Rurais de Base Familiar Edital MCT/CNPq/CT-Agronegócio/Ação Transversal IV nº 28/2008 - Culturas de Ciclo Curto de Desenvolvimento para Produção de Biodiesel Edital MCT/CNPq/CT-Agronegócio nº 29/2008 - Programas de Melhoramento Genético de Plantas Edital MCT/CNPq/CT-Agro/MAPA-SDC nº 40/2008 - Cadeias Produtivas do Leite e da Carne Edital MCT/CNPq/CT-Agro nº 42/2008 - Estabelecimento de Padrões Sanitários de Sementes Edital MCT/CNPq/CT-Agro nº 43/2008 - Fontes Alternativas de Nutrientes para a Agricultura Brasileira Edital MCT/CNPq/CT-Agronegócio/CT-Hidro/MAPA-SDC-SPAE nº 44/2008 - Diagnóstico, Monitoramento e Recuperação de Áreas Degradadas
2009	Edital MCT/CNPq/CT-AGRO nº 24/2009 - Redes de Pesquisa sobre Polinizadores Edital MCT/CNPq/CT-AGRO nº 032/2009 - Análise de Risco de Pragas Edital MCT/CNPq/CT-Agronegócio/MPA nº 36/2009 - Cadeias Produtivas Pesqueiras e Piscicultura Marinha Edital MCT/CNPq/CT-AGRO/CT-BIOTEC nº 42/2009 - PROGRAMA GENOPROT - Rede Integrada de Estudos Genômicos e Proteômicos Edital MCT/CNPq/CT-AGRO - BICUDO nº 43/2009 - Desenvolvimento de variedades de algodão geneticamente modificadas para controle do bicudo-do-algodoeiro Edital MCT/CNPq/CT-Agro nº 69/2009 - Microrganismos Facilitadores da Nutrição Vegetal

**Apêndice 1 (continuação):**

<b>Lançamento</b>	<b>Editais/Chamadas</b>
2010	<p><b>Edital MCT/CNPq/CT-Agronegócio nº 17/2010 - Cadeia Produtiva de Caprinos e Ovinos no País</b></p> <p><b>Edital MCT/CNPq/MEC/CAPE/CT-AGRO/CT-HIDRO/FAPS/EMBRAPA nº 22/2010 - Redes Nacionais de Pesquisa em Agrobiodiversidade e Sustentabilidade Agropecuária</b></p> <p><b>Edital MCT/CNPq/CT-Agronegócio/MPA nº 25/2010 - Formação de Recursos Humanos em Pesca e Aquicultura</b></p> <p><b>Edital MCT/CNPq/CT-Agronegócio nº 26/2010 - Reflorestamento em áreas degradadas visando restauração ambiental, serviços ecológicos e outros usos.</b></p>
2011	Não há ações temáticas do CT-Agro este ano
2012	Não há ações temáticas do CT-Agro este ano
2013	<p><b>Chamada MCTI/CNPq/CT-AGRO/CT-SAÚDE/CT-HIDRO nº 37/2013 - Mudanças Climáticas</b></p> <p><b>Chamada MCTI/CT-AGRONEGÓCIO/CNPq nº 38/2013 - Insumos Agrícolas</b></p> <p><b>Chamada MCTI/CT-AGRONEGÓCIO/CNPq nº 39/2013 - Agregação de Valor às Cadeias Produtivas de Frutas e Lácteos</b></p> <p><b>Chamada MCTI/CNPq/CT-Petro/CT-Agro/CT-Energ nº 40/2013 - PD&amp;I para a Cadeia Produtiva do Biodiesel</b></p> <p><b>Chamada MCTI/CT-AGRONEGÓCIO/CT-AMAZÔNIA/ CNPq nº 48/2013 - Produção agropecuária sustentável e agroecologia.</b></p> <p><b>Chamada MCTI/CNPq/CT-Energ/CT-Agro/CT-Biotec nº 56/2013 - Produção de Biocombustíveis e Bioprodutos a partir de Microalgas</b></p>

\* Não estão considerados os Editais Universais, por não se tratar de ações temáticas; também não foram incluídos os Editais 28/2005 e 29/2005, pois nestes os recursos do CT-Agro são referentes à Ação Transversal “Nanotecnologia” dos Fundos Setoriais de Ciência e Tecnologia ("Ação Transversal-Lei").

**Apêndice 2:** Valores disponibilizados para cada Edital Temático, número de projetos aprovados e tipo da ação:

Lançamento	Chamada	Valor Global	Valor CT-Agro	Limites de valor/projeto	nº projetos	Tipo
2003	Edital nº 01/2003	R\$ 9.000.000,00	R\$ 3.000.000,00	R\$ 150.000,00	100	vertical + MESA
	Edital nº 02/2003	R\$ 1.000.000,00	R\$ 1.600.000,00	R\$ 80.000,00	22	vertical + SEAP
2004	Edital nº 022/2004	R\$ 5.000.000,00	R\$ 5.000.000,00	não definido	97	vertical + MDA + MCT (SECIS)
	Edital nº 028/2004	R\$ 1.570.000,00	R\$ 500.000,00	100 mil / 200 mil	19	transversal (Ação Transversal C&T Amazônia)
2005	Edital nº 08/2005	R\$ 1.000.000,00	R\$ 1.000.000,00	R\$ 50.000,00	29	vertical
	Edital nº 018/2005	R\$ 4.000.000,00	R\$ 2.000.000 (?)	R\$ 150.000,00	35	transversal (demanda SECIS/MCTI)
	Edital nº 019/2005	R\$ 10.000.000,00	R\$ 5.000.000 (?)	R\$ 200.000,00	93	transversal (demanda SECIS/MCTI)
	Edital nº 020/2005	R\$ 4.000.000,00	R\$ 2.000.000,00	R\$ 100.000,00	52	vertical + MDA + MCT (SECIS)
2006	Edital nº 04/2006	R\$ 2.000.000,00	R\$ 2.000.000,00	R\$ 200.000,00	27	vertical
	Edital nº 05/2006	R\$ 4.000.000,00	R\$ 1.000.000,00	R\$ 200.000,00	21	transversal
2007	Edital nº 28/2007	R\$ 6.000.000,00	R\$ 1.500.000,00	R\$ 100.000,00	0	transversal
	Edital nº 31/2007	R\$ 5.000.000,00	R\$ 2.500.000,00	R\$ 180.000,00	40	transversal
	Edital nº 38/2007	R\$ 8.000.000,00	R\$ 8.000.000,00	R\$ 8.000.000,00	1	vertical
	Edital nº 39/2007	R\$ 17.000.000,00	R\$ 10.000.000,00	R\$ 1.000.000,00	46	transversal
2008	Edital nº 07/2008	R\$ 5.000.000,00	R\$ 1.000.000,00	R\$ 150.000,00	53	transversal + SEAP
	Edital nº 23/2008	R\$ 6.000.000,00	R\$ 4.000.000,00	R\$ 100.000,00	44	vertical + MDA
	Edital nº 25/2008	R\$ 1.800.000,00	R\$ 1.800.000,00	R\$ 210.000,00	12	vertical
	Edital nº 27/2008	R\$ 10.000.000,00	R\$ 5.000.000,00	R\$ 200.000,00	61	transversal
	Edital nº 28/2008	R\$ 4.500.000,00	R\$ 2.000.000,00	R\$ 500.000,00	29	transversal
	Edital nº 29/2008	R\$ 6.000.000,00	R\$ 6.000.000,00	R\$ 200.000,00	73	vertical
	Edital nº 40/2008	R\$ 9.980.000,00	R\$ 8.000.000,00	R\$ 500.000,00	55	vertical + MAPA/SDC
	Edital nº 42/2008	R\$ 5.000.000,00	R\$ 5.000.000,00	R\$ 300.000,00	16	vertical
	Edital nº 43/2008	R\$ 8.000.000,00	R\$ 8.000.000,00	R\$ 100.000,00	77	vertical
	Edital nº 44/2008	R\$ 8.220.000,00	R\$ 3.000.000,00	R\$ 200.000,00	59	transversal + MAPA

**Apêndice 2 (continuação):**

<b>Lançamento</b>	<b>Chamada</b>	<b>Valor Global</b>	<b>Valor CT-Agro</b>	<b>Limites de valor/projeto</b>	<b>nº projetos</b>	<b>Tipo</b>
<b>2009</b>	<b>Edital nº 24/2009</b>	R\$ 5.000.000,00	R\$ 5.000.000,00	R\$ 600.000,00	7	vertical
	<b>Edital nº 032/2009</b>	R\$ 3.000.000,00	R\$ 3.000.000,00	400 mil / 600 mil	5	vertical (demanda DSV/MAPA)
	<b>Edital nº 36/2009</b>	R\$ 7.300.000,00	R\$ 4.400.000,00	R\$ 200.000 - R\$ 1.700.000	15	vertical + MPA
	<b>Edital nº 42/2009</b>	R\$ 13.000.000,00	R\$ 6.000.000,00	R\$ 1.000.000,00	26	transversal
	<b>Edital nº 43/2009</b>	R\$ 4.000.000,00	R\$ 4.000.000,00	R\$ 4.000.000,00	1	vertical
	<b>Edital nº 69/2009</b>	R\$ 3.000.000,00	R\$ 3.000.000,00	R\$ 500.000,00	10	vertical
<b>2010</b>	<b>Edital nº 17/2010</b>	R\$ 3.000.000,00	R\$ 3.000.000,00	R\$ 200.000,00	37	vertical
	<b>Edital nº 22/2010</b>	R\$ 52.062.000,00	R\$ 21.000.000,00	150 mil / 400 mil / 600 mil / 1 milhão	91	transversal + MCTI + MEC + Embrapa + FAPs
	<b>Edital nº 25/2010</b>	R\$ 5.000.000,00	R\$ 2.000.000,00	R\$ 150.000,00	69	vertical + MPA
	<b>Edital nº 26/2010</b>	R\$ 8.000.000,00	R\$ 8.000.000,00	100 mil / 200 mil / 600 mil	52	vertical
<b>2013</b>	<b>Edital nº 37/2013</b>	R\$ 18.000.000,00	R\$ 10.000.000,00	mín. R\$ 300.000 e máx. R\$ 700.000	20	transversal
	<b>Edital nº 38/2013</b>	R\$ 10.000.000,00	R\$ 10.000.000,00	mín. R\$ 300.000 e máx. R\$ 600.000	24	vertical
	<b>Edital nº 39/2013</b>	R\$ 10.000.000,00	R\$ 10.000.000,00	mín. R\$ 300.000 e máx. R\$ 600.000	22	vertical
	<b>Edital nº 40/2013</b>	R\$ 25.600.000,00	R\$ 3.600.000,00	L1 e L2: mín. 400.000; máx. 800.000 / L3: mín. R\$ 200.000; máx. 500.000	44	transversal
	<b>Edital nº 48/2013</b>	R\$ 23.500.000,00	R\$ 20.000.000,00	L1: mín. R\$ 800.000; máx. R\$ 1.500.000 / L2: mín. R\$ 300.000; máx. R\$ 800.000	26	transversal
	<b>Edital nº 56/2013</b>	R\$ 11.230.000,00	R\$ 3.530.000,00	L1: mín. 500.000; máx. 900.000/ L2: mín. 200.000; máx. 600.000	17	transversal
<b>Total</b>	<b>40 Editais</b>	<b>R\$ 343.762.000,00</b>	<b>R\$ 198.430.000,00</b>	<b>R\$ 50.000,00 a R\$ 8.000.000,00</b>	<b>1.527</b>	<b>23 verticais / 17 transversais</b>

**Apêndice 3:** Distribuição dos recursos e número de projetos aprovados por temas:

Tema	Qtde.	Subtemas	Editais/Chamadas	Valor Global	Valor CT-Agro	nº projetos
Tecnologias Sociais	3	Tecnologias sociais para os catadores de materiais recicláveis	Edital nº 018/2005	R\$ 4.000.000,00	R\$ 2.000.000	35
		Tecnologias para inclusão social nos temas "água e alimentação humana e animal"	Edital nº 019/2005	R\$ 10.000.000,00	R\$ 5.000.000	93
		Racionalização do Uso da Água e Inclusão Social no Meio Urbano e Peri-urbano	Edital nº 05/2006	R\$ 4.000.000,00	R\$ 1.000.000,00	21
				<b>R\$ 18.000.000,00</b>	<b>R\$ 8.000.000,00</b>	<b>149</b>
Agricultura Familiar e de Base Ecológica	5	Tecnologias Apropriadas à Agricultura Familiar	Edital nº 022/2004	R\$ 5.000.000,00	R\$ 5.000.000,00	97
		Tecnologias de Base Ecológica Apropriadas à Agricultura Familiar	Edital nº 020/2005	R\$ 4.000.000,00	R\$ 2.000.000,00	52
		Tecnologias para a Agricultura Familiar	Edital nº 07/2008	R\$ 5.000.000,00	R\$ 1.000.000,00	53
		Programa Intervivência Universitária	Edital nº 23/2008	R\$ 6.000.000,00	R\$ 4.000.000,00	44
		Produção agropecuária sustentável e agroecologia (Agricultura Familiar como público-alvo)	Edital nº 48/2013	R\$ 23.500.000,00	R\$ 20.000.000,00	26
		<b>R\$ 43.500.000,00</b>	<b>R\$ 32.000.000,00</b>	<b>272</b>		
Arranjos / Cadeias Produtivas	3	Aquicultura e Pesca	Edital nº 02/2003	R\$ 1.000.000,00	R\$ 1.600.000,00	22
			Edital nº 36/2009	R\$ 7.300.000,00	R\$ 4.400.000,00	15
			Edital nº 25/2010	R\$ 5.000.000,00	R\$ 2.000.000,00	69
			<b>R\$ 13.300.000,00</b>	<b>R\$ 8.000.000,00</b>	<b>106</b>	
	1	APL/Fruticultura	Edital nº 04/2006	R\$ 2.000.000,00	R\$ 2.000.000,00	27
	1	Cadeias Produtivas de Leite e Carne	Edital nº 40/2008	R\$ 9.980.000,00	R\$ 8.000.000,00	55
	1	Cadeias produtivas de Caprinos e Ovinos	Edital nº 17/2010	R\$ 3.000.000,00	R\$ 3.000.000,00	37
	1	Cadeias Produtivas de Frutas e Lácteos.	Edital nº 39/2013	R\$ 10.000.000,00	R\$ 10.000.000,00	22
			<b>R\$ 24.980.000,00</b>	<b>R\$ 23.000.000,00</b>	<b>141</b>	
			<b>R\$ 38.280.000,00</b>	<b>R\$ 31.000.000,00</b>	<b>247</b>	
Biocombustíveis	6	Estudo da Produção de Oleaginosas nos Estados da Região Norte	Edital nº 028/2004	R\$ 1.570.000,00	R\$ 500.000,00	19
		Formação e Fixação de Recursos Humanos para o Setor de Biocombustíveis	Edital nº 31/2007	R\$ 5.000.000,00	R\$ 2.500.000,00	40
		Tecnologias de Vanguarda para a Produção de Etanol e Biodiesel	Edital nº 39/2007	R\$ 17.000.000,00	R\$ 10.000.000,00	46
		Culturas de Ciclo Curto de Desenvolvimento para Produção de Biodiesel	Edital nº 28/2008	R\$ 4.500.000,00	R\$ 2.000.000,00	29
		PD&I para a Cadeia Produtiva do Biodiesel	Edital nº 40/2013	R\$ 25.600.000,00	R\$ 3.600.000,00	44
		Produção de Biocombustíveis e Bioprodutos a partir de Microalgas	Edital nº 56/2013	R\$ 11.230.000,00	R\$ 3.530.000,00	17
		<b>R\$ 64.900.000,00</b>	<b>R\$ 22.130.000,00</b>	<b>195</b>		

**Apêndice 3 (continuação):**

Tema	Qtde.	Subtemas	Editais/Chamadas	Valor Global	Valor CT-Agro	n° projetos
Biotecnologia	4	Formação de RH	Edital n° 28/2007	R\$ 6.000.000,00	R\$ 1.500.000,00	0
		Estudos Genômicos em Soja	Edital n° 38/2007	R\$ 8.000.000,00	R\$ 8.000.000,00	1
		Rede de Estudos Genômicos e Proteômicos	Edital n° 42/2009	R\$ 13.000.000,00	R\$ 6.000.000,00	26
		Transgenia/Cotonicultura/Defesa Vegetal (variedades resistentes ao Bicudo do algodoeiro)	Edital n° 43/2009	R\$ 4.000.000,00	R\$ 4.000.000,00	1
				<b>R\$ 31.000.000,00</b>	<b>R\$ 19.500.000,00</b>	<b>28</b>
Insumos Agrícolas Alternativos	3	Fontes Alternativas de Nutrientes para a Agricultura	Edital n° 43/2008	R\$ 8.000.000,00	R\$ 8.000.000,00	77
		Microorganismos Facilitadores da Nutrição Vegetal	Edital n° 69/2009	R\$ 3.000.000,00	R\$ 3.000.000,00	10
		Insumos Agrícolas Alternativos	Edital n° 38/2013	R\$ 10.000.000,00	R\$ 10.000.000,00	24
				<b>R\$ 21.000.000,00</b>	<b>R\$ 21.000.000,00</b>	<b>111</b>
Sustentabilidade Ambiental (Uso racional e conservação de recursos naturais/Recuperação de Áreas Degradadas)	6	Resíduos rurais e agroindustriais/Redução de perdas na produção	Edital n° 08/2005	R\$ 1.000.000,00	R\$ 1.000.000,00	29
		Conservação de solo e água/recuperação de bacias/saneamento rural	Edital n° 27/2008	R\$ 10.000.000,00	R\$ 5.000.000,00	61
		Recuperação de Áreas Degradadas	Edital n° 44/2008	R\$ 8.220.000,00	R\$ 3.000.000,00	59
		Reflorestamento e Recuperação de Áreas Degradadas	Edital n° 26/2010	R\$ 8.000.000,00	R\$ 8.000.000,00	52
		Redes de Pesquisa sobre Polinizadores	Edital n° 24/2009	R\$ 5.000.000,00	R\$ 5.000.000,00	7
Redes Nacionais de Pesquisa em Agrobiodiversidade e Sustentabilidade Agropecuária – "REPENSA" (transdisciplinar)	Edital n° 22/2010	R\$ 52.062.000,00	R\$ 21.000.000,00	91		
				<b>R\$ 84.282.000,00</b>	<b>R\$ 43.000.000,00</b>	<b>299</b>
Defesa Vegetal	2	Estabelecimento de Padrões Sanitários de Sementes	Edital n° 42/2008	R\$ 5.000.000,00	R\$ 5.000.000,00	16
		Análise de Risco de Pragas	Edital n° 032/2009	R\$ 3.000.000,00	R\$ 3.000.000,00	5
				<b>R\$ 8.000.000,00</b>	<b>R\$ 8.000.000,00</b>	<b>21</b>
Segurança Alimentar	1		Edital n° 01/2003	<b>R\$ 9.000.000,00</b>	<b>R\$ 3.000.000,00</b>	<b>100</b>
Tecnologias para uso do Bambu (Redebambu/BR)	1		Edital n° 25/2008	<b>R\$ 1.800.000,00</b>	<b>R\$ 1.800.000,00</b>	<b>12</b>
Melhoramento genético convencional	1		Edital n° 29/2008	<b>R\$ 6.000.000,00</b>	<b>R\$ 6.000.000,00</b>	<b>73</b>
Mudanças Climáticas	1		Edital n° 37/2013	<b>R\$ 18.000.000,00</b>	<b>R\$ 10.000.000,00</b>	<b>20</b>

**Apêndice 4:** Requerimento e incentivo a parcerias\*:

Lançamento	Edital	Cooperação Empresa	Mutuinstitucional	Redes	Outros tipos**
2003	Edital MCT/CNPq/MESA/CT-Agro nº 01/2003 - Segurança Alimentar	não	não	não	não
	Edital MCT/SEAP/CNPq/CT-AGRONEGÓCIO nº 02/2003 - Aquicultura	fraca	fraca	não	fraca
2004	Edital MCT/CNPq/MDA/CT-Agro nº 022/2004 - Tecnologias Apropriadas à Agricultura Familiar	não	sim	não	sim
	Edital MCT/CNPq/CT-Amazônia/CT-Agro/FVA/CT-Petro nº 028/2004 - Estudo da Produção de Oleaginosas nos Estados da Região Norte	não	fraca	não	não
2005	Edital CT-AGRO/MCT/CNPq nº 08/2005 - Tecnologias para Redução e Utilização de Resíduos Rurais e Agroindustriais e Redução das Perdas na Produção Agropecuária	sim (1)	sim (2)	sim (3)	não
	Edital CT-AGRO/CT-HIDRO/MCT/CNPq nº 018/2005 - Tecnologias sociais para os catadores de materiais recicláveis	não	sim	não	sim
	Edital CT-AGRO/CT-HIDRO/MCT/CNPq nº 019/2005 - Tecnologias para inclusão social nos temas "água e alimentação humana e animal"	não	sim	não	sim
	Edital CT-AGRO/MDA/MCT/CNPq nº 020/2005 - Geração e Disponibilização de Tecnologias de Base Ecológica Apropriadas à Agricultura Familiar	não	sim	não	sim
2006	Edital MCT/CNPq/CT-Agronegócio nº 04/2006 - APL Fruticultura	sim	sim	sim	sim
	Edital MCT/CNPq/CT-Hidro/CT-Agronegócio nº 05/2006 - Racionalização do Uso da Água e Inclusão Social no Meio Urbano e Peri-urbano	não	sim	não	sim
2007	Edital CT-Biotecnologia/CT-Petro/CT-Agro/MCT/CNPq nº 28/2007 - Formação de Recursos Humanos em Biotecnologia aplicada à Bioindústria.	sim	sim	sim	não
	Edital CT-Petro/CT-AGRO/CNPq nº 31/2007 - Formação e Fixação de Recursos Humanos para o Setor de Biocombustíveis	sim	sim	-	sim
	Edital CT-Agronegócio/MCT/CNPq nº 38/2007 - Estudos Genômicos em Soja	sim	sim	não	não
	Edital MCT/CNPq/CT-Agro/CT-Biotec nº 39/2007- Tecnologias de Vanguarda para a Produção de Etanol e Biodiesel	sim	sim	sim	sim
2008	Edital MCT/CNPq/SEAP-PR/CT-Agronegócio/CT-Verde Amarelo/CT-Saúde/CT-Hidro nº07/2008 - Geração e Disponibilização de Tecnologias para a Agricultura Familiar	não	não	não	não
	Edital MCT/CNPq/CT-Agronegócio/ MDA nº 23/2008 - Programa Intervenção Universitária	não	sim (vaga)	não	sim
	Edital MCT/CNPq/CT-Agro nº 25/2008 - Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação do Bambu	fraca	fraca	fraca	fraca
	Edital MCT/CNPq/CT-Agronegócio/CT-Hidro nº 27/2008 - Conservação dos Recursos Hídricos e o Aumento da Produção de Água em Unidades Rurais de Base Familiar	não	sim	não	sim
	Edital MCT/CNPq/CT-Agronegócio/Ação Transversal IV nº 28/2008 - Culturas de Ciclo Curto de Desenvolvimento para Produção de Biodiesel	não	não	não	não
	Edital MCT/CNPq/CT-Agronegócio nº 29/2008 - Programas de Melhoramento Genético de Plantas	-	sim (fraca)	não	não
	Edital MCT/CNPq/CT-Agro/MAPA-SDC nº 40/2008 - Cadeias Produtivas do Leite e da Carne	não	não	não	não
	Edital MCT/CNPq/CT-Agro nº 42/2008 - Estabelecimento de Padrões Sanitários de Sementes	sim	sim	sim (fraca)	não
2009	Edital MCT/CNPq/CT-Agro nº 43/2008 - Fontes Alternativas de Nutrientes para a Agricultura Brasileira	não	não	não	não
	Edital MCT/CNPq/CT-Agronegócio/CT-Hidro/MAPA-SDC-SPAE nº 44/2008 - Diagnóstico, Monitoramento e Recuperação de Áreas Degradadas	fraca	fraca	não	fraca
2009	Edital MCT/CNPq/CT-AGRO nº 24/2009 - Redes de Pesquisa sobre Polinizadores	fraca	sim	sim	sim



	<b>Edital MCT/CNPq/CT-AGRO n° 032/2009 - Análise de Risco de Pragas</b>	não	sim (fraca)	sim	não
	<b>Edital MCT/CNPq/CT-Agronegócio/MPA n° 36/2009 - Cadeias Produtivas Pesqueiras e Piscicultura Marinha</b>	Ch. I: não/Ch.II : (sim)	sim	sim (Ch.II)	sim (fraca)
	<b>Edital MCT/CNPq/CT-AGRO/CT-BIOTEC n° 42/2009 - PROGRAMA GENOPROT - Rede Integrada de Estudos Genômicos e Proteômicos</b>	não	sim	sim	não
	<b>Edital MCT/CNPq/CT-AGRO - BICUDO n° 43/2009 - Desenvolvimento de variedades de algodão geneticamente modificadas para controle do bicudo-do-algodoeiro</b>	não	sim	sim	não
	<b>Edital MCT/CNPq/CT-Agro n° 69/2009 - Microrganismos Facilitadores da Nutrição Vegetal</b>	sim (fraca)	sim	sim	não
<b>2010</b>	<b>Edital MCT/CNPq/CT-Agronegócio n° 17/2010 - Cadeia Produtiva de Caprinos e Ovinos no País</b>	sim	não	não	não
	<b>Edital MCT/CNPq/MEC/CAPES/CT-AGRO/CT-HIDRO/FAPS/EMBRAPA n° 22/2010 - Redes Nacionais de Pesquisa em Agrobiodiversidade e Sustentabilidade Agropecuária</b>	não	sim	sim	não
	<b>Edital MCT/CNPq/CT-Agronegócio/MPA n° 25/2010 - Formação de Recursos Humanos em Pesca e Aquicultura</b>	sim (fraca)	sim	não	sim
	<b>Edital MCT/CNPq/CT-Agronegócio n° 26/2010 - Reflorestamento em áreas degradadas visando restauração ambiental, serviços ecológicos e outros usos.</b>	sim (fraca)	sim (Ch. II e III)	Sim - Ch.III (média)	sim
<b>2013</b>	<b>Edital MCTI/CNPq/CT-AGRO/CT-SAÚDE/CT-HIDRO n° 37/2013 - Mudanças Climáticas</b>	sim (fraca)	sim	sim (fraca)	sim (fraca)
	<b>Edital MCTI/CT-AGRONEGÓCIO/CNPq n° 38/2013 - Insumos Agrícolas</b>	sim	não	não	não
	<b>Edital MCTI/CT-AGRONEGÓCIO/CNPq n° 39/2013 - Agregação de Valor às Cadeias Produtivas de Frutas e Lácteos</b>	sim	não	não	não
	<b>Edital MCTI/CNPq/CT-Petro/CT-Agro/CT-Energ n° 40/2013 - PD&amp;I para a Cadeia Produtiva do Biodiesel</b>	sim (fraca)	não	não	não
	<b>Edital MCTI/CT-AGRONEGÓCIO/CT-AMAZÔNIA/ CNPq n° 48/2013 - Produção agropecuária sustentável e agroecologia.</b>	sim	sim	não	não
	<b>Edital MCTI/CNPq/CT-Energ/CT-Agro/CT-Biotec n° 56/2013 - Produção de Biocombustíveis e Bioprodutos a partir de Microalgas</b>	sim	não	não	não

\*Quando se considera que há priorização às parcerias (sim) é porque ela é obrigatória para apresentação da proposta ou, há uma associação consistente e coerente de dispositivos no edital que definem, orientam e priorizam as parcerias, como: critérios de pontuação com peso acima de 1 para propostas cooperativas ou com as parcerias esperadas na chamada, necessidade de comprovação das parcerias informadas para contratação do projeto, orientações claras no corpo do regulamento sobre quais parcerias são esperadas e como deve se dar a articulação, além de requerimento de contrapartidas; Foi considerada "fraca" a priorização que se dá mais no sentido de uma orientação na chamada, porém sem caráter obrigatório, havendo ausência de um conjunto de dispositivos consistentes e/ou coerentes para de fato priorizar os projetos cooperativos.

\*\* Outros tipos de parcerias incentivadas que foram levantadas se referem a agricultores, associações; ONGs; cooperativas; movimentos sociais; prefeituras; comitês gestores de bacias.